

# Acção Socialista

Nº 1228 - 22 Setembro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## O OUTRO LADO DO POPULISMO A INCOMPETÊNCIA E O CAOS



*O estilo de Santana Lopes e do seu Governo, ziguezagueante e incompetente, atingiu novos máximos como evidencia a desastrosa colocação de professores e as contradições das declarações do primeiro-ministro e da ministra da Educação, que sobre o sistema dizem coisas diametralmente opostas. Nunca um ano lectivo começou tão mal e de forma tão atabalhoada, com tudo o que isso representa de angústia e incerteza para país, professores e alunos. Instalado o caos, não admira que o primeiro-ministro tenha quebrado a tradição de estar presente numa escola para dar início*

*ao ano escolar. Mas a sua ausência notou-se ainda na abertura do ano parlamentar, onde se discutiu um tema que a direita prefere fingir que não existe: a interrupção voluntária da gravidez. Também o manifesto desentendimento entre o primeiro-ministro e o ministro da Saúde a propósito da natureza e do valor das taxas moderadoras introduziu novos elementos de apreensão; e ainda se poderia acrescentar os ziguezagues em relação ao destino das instalações da Galp, em Matosinhos.*

*Grande país este que resiste a tamanha catadupa de "flopes"!*

### PARLAMENTO

**Seguro acusa Governo de fracassar em toda a linha**

3

### REGIONAIS

**César apela ao civismo no período eleitoral**

**PS/Madeira apresentou programa de alternância democrática**

5

### CONGRESSO NACIONAL

**Campanha na recta final**

6 a 19

## XIV Congresso Nacional

# PARTIDO SOCIALISTA



GUIMARÃES 1, 2 e 3 de OUTUBRO DE 2004

ELEIÇÃO DO  
SECRETÁRIO-  
GERAL E  
DELEGADOS AO  
CONGRESSO

24 E 25 DE SETEMBRO

# GABINETE DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO – PARTE II

A designação de Luís Delgado para a liderança do sector de comunicação social da PT não representa um mero acto de gestão empresarial. Em primeiro lugar, porque entre os órgãos de comunicação social do grupo estão, entre outros, nada menos que o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e a *TSF*. Em segundo lugar, porque ainda há poucos dias, a divulgação dos bons resultados destas empresas permitiu retirar a incontestada conclusão de que a substituição de Henrique Granadeiro não foi motivada pelos tais critérios empresariais. Em terceiro lugar, porque mesmo sendo uma pessoa com experiência no sector, Luís Delgado tem-se sobretudo tornado conhecido por ser um entusiástico *fan* do actual primeiro-ministro, circunstância que ele, na chá crueza da sua linear argumentação, nem se esforça muito por esconder.

Luís Delgado não se sentirá só. Segundo a comunicação social, entre os novos gestores da *Lusomundo Media* estarão dois proeminentes ex-ministros de Cavaco Silva. A mesma indiesmentida comunicação social retoca o retrato: haverá na empresa um conselho que definirá a orientação dos diferentes órgãos de comunicação social do grupo.

Tão tocante sensibilidade para a gestão da Comunicação Social destes dirigentes e simpatizantes de um dos partidos do Governo seria quase irrelevante se não constasse de toda esta *estória*, onde nada parece ser inocente.

É verdade que a designação de Delgado representa a sua saída da agência Lusa, lugar para onde fora nomeado pelo Governo debaixo de forte contestação. Não se sabe ainda quem o substituirá, mas já se percebeu que nada será deixado ao acaso...

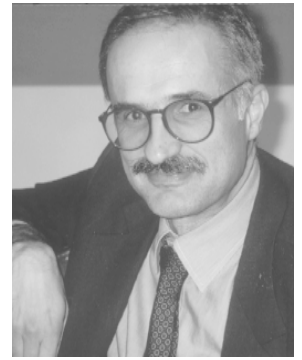
A mais que previsível governamentalização do sector *media* da PT

suscita, pelo menos, três temas de reflexão.

O primeiro consiste na avaliação da razoabilidade de manter esse sector integrado no maior operador de comunicações do país, onde o Estado tem uma influência estatutariamente assegurada. O nosso país tem actualmente apenas um jornal *estatizado*, o *Jornal da Madeira* que o Governo Regional subsidia e controla sem limites nem vergonha. A presença da mão do poder político em órgãos como o *DN*, o *JN* e a *TSF* constitui uma grave limitação à liberdade de informação, incompatível com o reconhecimento internacional que o nosso país obteve nesse campo há quatro ou cinco anos.

O segundo retoma o tema da concentração. Evitemos a clássica atitude, simplista e demagógica, que avalia negativamente *todos* os aspectos da concentração nos media. A existência de alguns grupos nacionais com alguma expressão, num país periférico sujeito à hegemonia de economias mais desenvolvidas, pode representar uma forma de assegurar mais pluralismo e de emprestar mais vitalidade ao sector. No entanto, a presença de um grupo dirigido pelo Governo, sem as regras e os limites do serviço público de rádio e de televisão, constitui um entorse à liberdade de informação.

O terceiro recupera a recente criação de um gabinete de comunicação, que supostamente articula a intervenção pública dos diferentes membros do Governo e dos seus numerosos assessores para a comunicação social. Já sabíamos, inclusivamente pela sua experiência camarária, que o primeiro-ministro confere maior prioridade à imagem do que à própria obra. O Gabinete de Comunicação do Governo terá esse trabalho de tentar erguer obra, mesmo onde ela não existir. O que ficámos agora a saber é que está já em curso a criação de um segundo gabinete de comunicação...



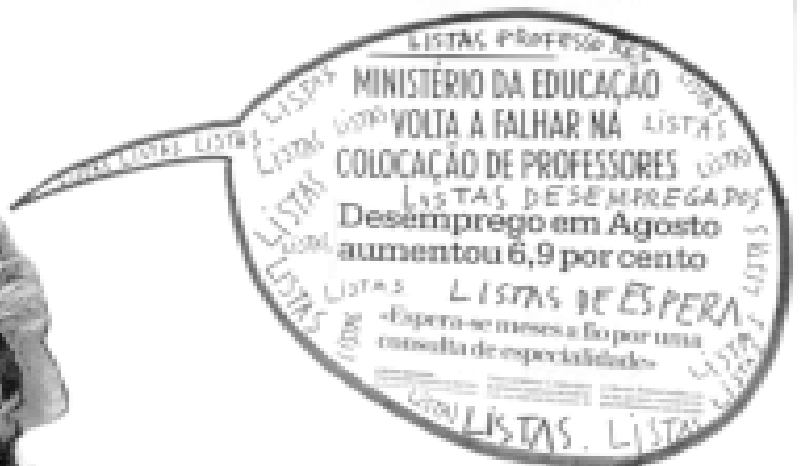
**ALBERTO ARONS DE CARVALHO**

*A presença de um grupo dirigido pelo Governo, sem as regras e os limites do serviço público de rádio e de televisão, constitui um entorse à liberdade de informação*

## À ESPERA DE... OUTRAS LISTAS

ANTOONIO COLAÇO

– ESTE GOVERNO NÃO ESTAVA NA MINHA **LISTA!**



## NOVO ANO PARLAMENTAR

# SEGURO ACUSA GOVERNO DE FRACASSO EM TODA A LINHA

Os sacrifícios a que a direita sujeitou nos últimos anos os portugueses — aumento do IVA, desemprego, congelamento salarial e redução do poder de compra das famílias, entre outros —, em nome do défice zero para 2004, teve como saldo o “fracasso”. Assim o afirmou o presidente da bancada socialista, António José Seguro, para quem a recente alocação televisiva do ministro das Finanças só veio confirmar esta apreciação.

Neste sentido, e para que não restem dúvidas, o líder do GP/PS exigiu, no passado dia 15, na Assembleia da República, na sessão de abertura da sessão legislativa, que Bagão Félix “vá ao Parlamento explicar aos deputados o verdadeiro conteúdo da sua declaração e se sujeite ao princípio do contraditório com a oposição”.

Segundo António José Seguro, os socialistas alertaram a tempo o Governo para as consequências da sua “estratégia suicida” no âmbito da economia e das



Políticas erradas e estratégias suicidas saldaram-se num completo fracasso governativo

finanças nacionais.

“Infelizmente tínhamos razão”, lamentou, reafirmando de seguida que o titular da pasta das Finanças veio a público dizer o que já se sabia: “Que o Executivo apenas utilizou ‘uma solução de recurso transitória e ilusória: vender bens para cobrir o que se gasta a mais’.”

Os deputados do PS querem ainda saber que património vai ser vendido e em que condições para se obter 2 mil milhões de euros, inquirindo ainda sobre o montante das dívidas por regularizar com “terceiros” e que Bagão Félix se propõe pagar através do recurso à dívida pública. Ainda no *dossier* das contas públicas, António José Seguro voltou a exigir a criação de uma Comissão Independente que use os mesmos critérios aplicados à análise feita à gestão socialista, em 2001. A sessão inaugural dos trabalhos do novo ano parlamentar ficou ainda marcada pelas críticas socialistas às últimas actuações do Executivo relativamente ao aborto e às suas

recentes propostas: as taxas moderadoras diferenciadas na saúde pública e a nova lei das rendas.

Outra pedra de toque da declaração política do presidente do GP/PS teve a ver com a abertura do ano escolar.

“O Governo fixou um objectivo: iniciar o ano lectivo a 16 de Setembro e não cumpriu o seu objectivo”, afirmou Seguro, lembrando que as listas de colocação dos professores apenas serão conhecidas a 20 de Setembro.

“Há mais de vinte anos que os portugueses não assistiam a uma trapalhada destas (...). O Governo e a maioria demonstraram total incompetência na preparação deste ano lectivo”, acusou, sublinhando que “o PS vai exigir o apuramento dos responsáveis”.

Quanto às Scut (auto-estradas com portagens virtuais), os socialistas querem que a equipa que fez o estudo dos benefícios do Euro-2004 faça também o levantamento do impacto deste investimento rodoviário.

M.R.

## CAOS NA EDUCAÇÃO

## ZERO ABSOLUTO NA ABERTURA DO ANO LECTIVO

No dia em que o ano escolar deveria ter arrancado e não arrancou, o deputado Augusto Santos Silva fez no hemiciclo de S. Bento um exame à acção da direita na educação. O resultado, disse, “é claríssimo: chumbo redondo, zero na pauta. Um zero absoluto”.

Prosseguindo o mesmo registo crítico, já no período de respostas, o deputado socialista acusou a ministra da Educação e o primeiro-ministro de se “esconderem” face ao caos da abertura do ano lectivo e lamentou que o Conselho de Ministros não tenha debatido ou decidido “sobre a matéria”.

O parlamentar responsabilizara antes os governos do PSD/CDS-PP pelo “fracasso monumental” na operação de colocação dos professores e início das aulas. A tutela “procedeu a uma completa revisão do sistema de recrutamento e colocação, com efeitos práticos imediatos, sem sequer ter testado previamente a respectiva configuração

técnica. O resultado foi o caos absoluto”, denunciou Augusto Santos Silva, acusando o ministério de “autismo”.

Perante um problema que classificou como “grave”, o ex-ministro da Educação exigiu que as responsabilidades técnicas e políticas fossem identificadas e assumidas, isto porque, alertou, “a devastação causada pelo furacão da direita está muito longe de circunscrever-se à dimensão da colocação de professores”. De seguida imputou responsabilidades à equipa ministerial “que programou e lançou o concurso, e não soube orientar a administração, não interveio a tempo, foi surda às críticas, desvalorizou os sinais de alerta e ignorou as primeiras derrocadas”. Responsáveis, para o parlamentar do PS, são ainda o anterior primeiro-ministro, que se alheou do problema; o actual, por ter persistido em alterar completamente a composição da tutela do sector recrutando quem manifestamente não detém preparação sólida em política e

gestão educativa, e ainda a ministra da Educação, “que não só não corrige os erros herdados como lhes acrescenta novos adiamentos e dissimulações”.

Assim, o “caos” que se faz sentir “é uma expressão particularmente evidente das consequências profundamente negativas da política educativa da direita, que preferiu ser sobranceira onde deveria ser ponderada e preferiu cultivar a hostilidade às escolas e aos docentes onde deveria procurar apoio e concertação”, frisou Santos Silva.

A par da colocação dos professores, o deputado criticou também o arranque da reforma curricular e a falta de meios das escolas devido ao que chamou “política de financiamento de pequena mercearia”. Além disso, concluiu, “as nossas escolas estão justamente ressentidas, porque os mega-agrupamentos que lhes foram impostos ignoraram completamente as preocupações pedagógicas”.

M.R.

## FINANÇAS

## PS DESAFIA GOVERNO A PRATICAR TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS

Na apresentação da resolução socialista sobre transparência das contas públicas, Guilherme d’Oliveira Martins renovou o desafio lançado na véspera pelo presidente da bancada parlamentar socialista, António José Seguro, no sentido de levar o Governo a aceitar um escrutínio independente das contas públicas utilizando para isso “exactamente os mesmos critérios e as mesmas entidades” usados para o idêntico fim há três anos atrás.

“Quem não deve não teme”, lembrou o deputado socialista para quem “a transparência não pode ser uma abstracção”, uma vez que ela “ou se pratica ou não se pratica”.

Resumindo a proposta socialista, o parlamentar disse que é preciso “colocar em letra de resolução as conclusões do relatório elaborado pela comissão especial que analisou as contas de 2001”.

Depois de considerar a transparência das contas públicas como “prioridade absoluta”, Guilherme d’Oliveira Martins aconselhou o Executivo a “pôr os olhos nas economias mais sólidas e organizadas para perceber que se há consenso indispensável para credibilizar as instituições e a democracia esse é o das contas públicas, do seu modo de apresentação e dos critérios claros e inequívocos para a sua prestação e para o respectivo apuramento de responsabilidades”.

“Temos de pôr terno a uma velha pecha do subdesenvolvimento que é a de estar sempre a discutir os critérios e a eleger bodes expiatórios, em lugar de assentar a acção na prestação de contas claras e transparentes, através da disponibilização de informação contabilista rigorosa, segundo critérios de legalidade, economia, eficiência e eficácia, com reforço da verdade na gestão dos dinheiros públicos e nas relações financeiras do Estado”, frisou, defendendo de seguida que “só há verdadeira consolidação das finanças públicas se houver fiabilidade na prestação de contas”.

Como era de prever, a proposta do PS acabou por ser chumbada pela maioria que alegou a sua extemporaneidade.

Verdadeiramente tal chumbo ficou a dever-se às contradições existentes entre a bancada do PSD e do PP para as quais, aliás, o próprio Guilherme d’Oliveira Martins chamou a atenção: “Bastaria olharmos a circunstância de dentro da mesma maioria, com a mesma composição política, haver dúvidas que um novo governo coloca relativamente à situação orçamental e às orientações fundamentais que a caracterizam”, concluiu.

## PARLAMENTO EUROPEU CONDENA CRIMES DE GUERRA EM DARFUR

Os crimes de guerra cometidos na região de Darfur, no Sudão, podem ser interpretados como genocídio, considera a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu, no plenário de Estrasburgo, que condena o clima de violência e instabilidade que se vive na região.

A resolução foi aprovada na sequência de uma visita de seis eurodeputadas ao Sudão, entre as quais se encontra Ana Gomes, destinada a avaliar a situação que se vive no país, onde já morreram mais de 50.000 pessoas e existe mais de um milhão de refugiados.

O Parlamento Europeu condena o Governo do Sudão pelo seu apoio deliberado, em Darfur, a ataques contra civis oriundos de determinadas comunidades e apela às autoridades do país para punirem os autores dos crimes contra a humanidade.

## GRUPO PARLAMENTAR

**Fernando Serrasqueiro** apresentou no hemiciclo de São Bento o projecto de lei socialista que prevê a criação de um Centro para a Promoção e Valorização dos Bordados de Castelo Branco, ao qual caberá certificar, controlar, formar, promover e estudar esta manifestação artesanal.

O diploma, que obteve aprovação em plenário, baixando à Comissão Parlamentar do Trabalho e Assuntos Sociais, visa, segundo Serrasqueiro "preservar uma tradição e um testemunho dos nossos antepassados legado a um espaço bem definido".

Para a constituição da referida entidade, os socialistas defendem a nomeação de uma Comissão Instaladora constituída por representantes de ministérios, autarquias e produtores.

## FEDERAÇÕES

A introdução de portagens nas SCUT "ferem as capacidades competitivas das empresas existentes e desmotivam os potenciais investidores" e constituem "um abuso e um erro desnecessário", que se reflecte em "novos impostos" para as populações do interior.

Assim, a **Federação do PS da Guarda** apelou aos deputados do PSD e do CDS-PP eleitos pelos distritos de Viseu e Castelo Branco para que votem contra a proposta de portagens na A23 e na A25.

"O seu voto contra estas medidas é um imperativo nacional e regional, e é suficiente para que esta possibilidade seja chumbada", sublinha, em comunicado, o PS/Guarda.

## CONCELHIAS

No âmbito do Fórum Cidade, Miguel Coelho, líder da **Concelhia de Lisboa do PS**, recebeu na passada segunda-feira, representantes da Associação dos Industriais de Construção de Edifícios (AICE) para proceder à auscultação da opinião destes empresários sobre a situação actual do sector imobiliário e a sua relação com a cidade de Lisboa.

A **Concelhia do PS de Gondomar** vai interpor em tribunal uma acção popular para impugnar a alteração do plano de urbanização e a demolição de uma antiga fábrica de curtumes de Valbom, por serem "ilegais" e beneficiarem "interesses privados", lesando o património arquitectónico concelhio. Em causa está a demolição da antiga Fábrica de Curtumes de Valbom, um edifício com cerca de 200 anos classificado e protegido no plano de urbanização de S. Cosme e Valbom como sendo de interesse arquitectónico e patrimonial concelhio.

De acordo com o líder da Concelhia socialista de Gondomar, Ricardo Bexiga, apesar de "ilegal", a destruição deste edifício foi já proposta por duas vezes (em Março e em Maio) pelo presidente de Câmara, Valentim Loureiro (PSD), e apenas conseguiu ser travada "por pressão" dos vereadores do PS.

## AUTARQUIAS

O **presidente da Câmara de Santarém** reclamou uma travessia alternativa à ponte d'Asseca com recurso à engenharia militar, enquanto decorrem as obras naquele troço da estrada nacional 3, insistindo na urgência da variante àquela via até ao Cartaxo.

O socialista Rui Barreiro, numa conferência de Imprensa realizada junto à ponte d'Asseca, deu conta dos constrangimentos que o condicionamento do atravessamento, em vigor desde 29 de Julho, está a causar às populações que diariamente se dirigem a Santarém e à actividade económica da zona.

Os **vereadores do PS de Ourém** contestaram, em comunicado, o aumento do prazo de concessão da exploração e do preço da água, cujo alvará é detido no concelho pela Compagnie General des Eaux (CGE).

Em causa está a proposta da CGE em aumentar o tarifário da água (ainda não determinado) e o prazo do contrato, de 25 para 31 anos, para fazer face aos investimentos na renovação da rede de fornecimento ao concelho.

O PS considera que se verifica uma "má qualidade do serviço prestado pela CGE e pela Câmara", com vários cortes no fornecimento e sem "qualquer compensação aos municípios por esta gestão desgobernada".

## AGENDA

**24 e 25 de Setembro** - Eleição do secretário-geral e delegados ao Congresso.

**1, 2 e 3 de Outubro** - XIV Congresso Nacional do PS em Guimarães.

## FEDERAÇÕES

**8 de Outubro - 20h00**

A Federação da Guarda organiza um jantar, a realizar no Hotel Vanguarda, que contará com a presença do presidente do PS, António Almeida Santos.

## BREVES

## COMISSÃO POLÍTICA APROVA SANÇÕES A NARCISO E SEABRA

A Comissão Política do PS aprovou por maioria as conclusões da comissão de inquérito aos incidentes da lota de Matosinhos, as quais sancionam Narciso Miranda e Manuel Seabra impedindo-os de serem candidatos pelo partido às próximas autárquicas.

Em declarações no final da reunião, o porta-voz do PS, Vieira da Silva, anunciou aos jornalistas que a responsabilidade da escolha dos candidatos à Câmara de Matosinhos em 2005 será da Comissão Política, nos termos da decisão agora tomada.

Vieira da Silva acrescentou que, de acordo com a referida decisão, tanto o actual presidente da autarquia, Narciso Miranda, como o líder da Concelhia socialista, Manuel Seabra, não poderão integrar as listas do PS para a Câmara de Matosinhos — apesar de o inquérito ter atribuído "diferentes graus de responsabilidade" a estes dois dirigentes.

A Comissão Política do PS, que não contou com a presença de Ferro Rodrigues, aprovou ainda a proposta dos relatores da comissão de inquérito, camaradas Almeida Santos, Vera Jardim e Jorge Lação, no



sentido de expulsar do partido o coordenador da concelhia socialista de Matosinhos, António Parada, e instaurar um processo ao funcionário Joaquim Domingos Ferreira. Estas conclusões foram entretanto remetidas para a Comissão de Jurisdição do PS que as apreciará de acordo com as suas competências estatutárias.

No relatório, a comissão de inquérito critica também a actuação política da Federação do PS/Porto, liderada pelo camarada Francisco Assis, face aos

acontecimentos que se viriam a verificar em Matosinhos.

Falando na Comissão Política, Francisco Assis anunciou que se demitia de presidente da federação, adiantando no entanto ser sua intenção recandidatar-se ao cargo.

Quanto às conclusões do inquérito, Assis afirmou no final da reunião que "a decisão política em si mesmo é boa". E acrescentou: "Era isso que o país queria do PS e objectivamente não havia condições para que Narciso Miranda ou Manuel Seabra fossem candidatos à Câmara de Matosinhos".

No entanto, disse não poder concordar com o conteúdo do relatório por considerar que "há uma interpretação errada dos factos". Em declarações aos jornalistas no final da reunião, Manuel Seabra exigiu o acesso às provas que serviram de base à decisão de o impedir de concorrer pelo PS às próximas autárquicas e criticou a expulsão de António Parada do partido.

Já Narciso Miranda recusou-se a prestar declarações à Comunicação Social, limitando-se a afirmar que saía "muito feliz" do encontro.

## IVG

## MAIORIA SILENCIA CONVICÇÕES DOS SEUS DEPUTADOS

Como protesto pela ausência do primeiro-ministro no debate na Assembleia da República sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, que decorreu a pedido do Bloco de Esquerda, a bancada socialista recusou-se a participar no período de perguntas ao Governo, ali representado apenas por secretários de Estado.

Coube, no entanto, a Ana Catarina Mendes a intervenção de fundo que o PS produziu em sede parlamentar sobre tão importante e actual matéria.

"Portugal está hoje numa lista negra, extremamente reduzida, na União Europeia. A dos países em que as mulheres são vítimas de um flagelo social e de um grave problema de saúde pública por força de um Código Penal que tem um artigo anacrónico", cuja consequência prática é a de provocar mortes e empurrá-las para a "clandestinidade", denunciou a deputada. Depois de defender a "urgência" de pôr finalmente cobro a esse anacronismo, a parlamentar socialista criticou fortemente a atitude indiferente de Santana Lopes e a actuação dos deputados do PSD, que "obedecem a uma disciplina do silenciamento das suas convicções" e desvalorizam o sofrimento feminino, refugiando-se numa "falsa dicotomia entre planeamento familiar e aborto".

"Não nos venha falar de planeamento familiar quem defende a restrição do acesso à pílula, quem queira impor como métodos preferenciais os das suas convicções, por sinal os mais inseguros, e quem ainda hoje pretende restringir a distribuição de preservativos", declarou. "Com este Governo, os ministros só querem fazer propaganda na televisão têm medo do contraditório democrático", denunciou, condenando a seguir a

actuação do secretário de Estado dos Assuntos do Mar no caso do "Barco do Aborto", por este ter emitido um despacho para o qual não tinha competência e ter ido à televisão dizer "disparates", alegando defesa do nacional e da saúde pública.

Considerando que no lamentável episódio do navio "Bordniep" o Governo engorrou os portugueses perante a comunidade internacional, ao deixar claro que "não gosta das regras da União Europeia", Ana Catarina Mendes chamou a atenção para o pedido de explicações que Bruxelas fará a Lisboa a este propósito.

Segundo a deputada, neste episódio "lamentável" ficou bem patente a dinâmica política da maioria: "O ministro do Mar mete água e o primeiro-ministro sacode-a do capote".

## Eurodeputadas querem explicações do Governo à União Europeia

As eurodeputadas socialistas Edite Estrela, Ana Gomes e Jamila Madeira intervieram no plenário de Estrasburgo para condenar a atitude do Governo português de proibir a entrada em Portugal do barco holandês "Bordniep" e apelar à Comissão Europeia para pedir explicações pelo sucedido. "O Governo de Portugal, ao proibir um barco da Holanda de entrar nas suas águas territoriais, viola o Direito Internacional, o Direito Comunitário e a Convenção do Direito do Mar", disse Edite Estrela.

Indignada, eurodeputada fez um apelo à Comissão e ao Parlamento para não ficarem indiferentes com o que sucedeu em Portugal, já que se trata de uma situação em que cidadãos comunitários, pertencentes a uma Organização Não Governamental que pretendia promover acções de

esclarecimento e sensibilização sobre saúde reprodutiva e sexual, acabaram por ser comparados a traficantes de droga, pescadores ilegais ou contrabandistas.

Ana Gomes, por sua vez, condenou o desvio de meios importantes de investigação e judiciais para punir a prática do aborto. "A polícia portuguesa efectua escutas telefónicas, gastam-se anos de trabalho de agentes de justiça, gasta-se dinheiro dos contribuintes em investigações judiciais", meios que deviam ser empregues no combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, disse. Quanto ao impedimento da entrada em Portugal do barco, a eurodeputada considerou tratar-se de "num novo delírio" do Governo, que utilizou "meios totalmente desproporcionados, desviando-os da vigilância de embarcações usadas no tráfego de droga.

Por seu turno, Jamila Madeira lembrou que, em Portugal, uma em cada quatro mulheres já fez um aborto clandestino, tratando-se por isso, entre outras coisas, de um grave problema de saúde pública. "Perante este facto, que tipo de condenação aplicamos, como União Europeia, a estas mulheres: mandamo-las prender? E às que vão interromper a gravidez a Londres ou a Badajoz, fechamos as fronteiras? Colocamo-las com vigilância militar permanente do Exército europeu?", interrogou a eurodeputada, considerando que se trata de uma questão de legalidade que deve levar a Comissão a agir.

Com efeito, a Comissão vai pedir ao Governo português explicações "sobre os verdadeiros motivos pelos quais proibiu a entrada do barco "Bordniep" em águas territoriais portuguesas, para verificar as alegadas violações do Direito Comunitário.



# PS/AÇORES APELA AO CIVISMO NA CAMPANHA ELEITORAL

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, rejeitou uma campanha eleitoral baseada em ataques pessoais, apelando a uma postura de civismo centrada no debate de ideias e projectos. Falando na qualidade de líder do PS/Açores, no decorrer da apresentação pública dos candidatos do partido pelo círculo eleitoral de S. Jorge, Carlos César afirmou que os ataques pessoais e as promessas "a torto e a direito" dos adversários são o que de mais baixo há na política, "à falta de um projecto e de uma proposta concreta" viável.

Carlos César acrescentou que é fácil fazer promessas em "cada canto da Região", dando como exemplo algumas "garantias" da oposição em levar a cabo obras — como a ampliação do cais acostável das Velas, uma intervenção programada já para o início do IV Quadro Comunitário de Apoio, que financiará a obra em 85 por cento — sem ponderar os custos reais que uma antecipação acarretaria um investimento de 100 por cento, em vez de apenas 15 por cento.

Na sua intervenção, o líder do PS/Açores admitiu que alguns dos compromissos assumidos anteriormente não foram totalmente cumpridos, por dificuldades várias, nomeadamente por causa das calamidades que absorveram mais de 320 milhões de euros, retirando capacidade de intervenção em outras áreas previamente planeadas.

No entanto, face à obra realizada, não teve dúvidas em afirmar que a vida dos açorianos é "incomparavelmente melhor" do que há oito anos atrás e que está em marcha um processo de desenvolvimento sustentado da Região, alicerçado em vectores de que



são exemplo a modernização dos sectores produtivos tradicionais, como a agricultura e as pescas, aliado a novas apostas de que o turismo é símbolo já reconhecido. No que respeita concretamente à ilha de São Jorge, para além de concluir os projectos que por dificuldades várias ainda não foram realizados totalmente, Carlos César garantiu que o próximo Governo do PS vai concluir a iluminação e instalação de equipamento no porto da Calheta, iniciar o processo de construção de um núcleo de recreio náutico nas Velas, consolidar o processo de remodelação profunda do sector dos lacticínios da ilha, ampliar o Centro de Saúde da Calheta e muitas mais intervenções que se justificam nas mais variadas áreas.

## Visita à fábrica de conservas em S. Jorge

Acompanhado pelos candidatos a deputados socialistas pelo círculo de São Jorge, o líder do PS/Açores visitou a fábrica de conservas Santa Catarina, naquela ilha,

a convite do proprietário.

Falando aos jornalistas depois de uma detalhada observação dos modernos processos de fabrico praticados naquela unidade, cuja construção foi apoiada pelo Governo Regional a que preside, Carlos César manifestou a sua satisfação pela qualidade e diversidade dos produtos da conserveira, bem como pelo facto de ter criado cerca de 70 postos de trabalho.

O presidente do Governo Regional sublinhou que esta fábrica é "bem o exemplo da nossa estratégia para o sector conserveiro regional" e que "sem o Partido Socialista ela não existiria" porque não teriam "sido possíveis os apoios públicos para que ela seja uma fábrica com qualidade que contribui largamente para o êxito do nosso sector exportador".

O líder socialista salientou ainda que "se não fosse o Governo do Partido Socialista não teria também sido possível a esta e a outras conserveiras manter a laboração", em virtude da escassez de pescado verificada nos últimos anos, colmatada pela aquisição de matéria-prima no exterior.

## JANTAR-COMÍCIO

# PS PROMETE CONSTRUIR SCUT EM S. MIGUEL

A construção de estradas sem custos para o utilizador (Scut) na ilha de São Miguel vai avançar, caso o PS vença as eleições regionais de Outubro, garantiu Carlos César, num jantar-comício realizado na Freguesia da Ribeirinha.

"Toda a gente de bom senso percebe que este é o caminho a seguir numa região" como os Açores, disse Carlos César, que comparou este investimento já anunciado pelo seu actual Governo ao de uma família que "compra uma casa e vai pagando à banca por 15, 20 ou 25 anos".

O líder do PS/Açores salientou que a construção prevista de estradas em regime de Scut para a maior ilha açoriana apresenta a "vantagem" de ser um investimento com benefícios para a actual e futuras gerações.

Além disso, permite ao Governo "libertar verbas" para outras áreas que necessitam de investimentos actualmente, disse Carlos César, que se recandidata a um terceiro mandato como presidente do Executivo açoriano. Na sua intervenção, o líder do PS/Açores recordou igualmente que a proposta das Scut mereceu a aprovação do PSD na Assembleia Regional, mas agora "parece que o chefe lá de fora [o primeiro-ministro Pedro Santana Lopes] está a dar novas ordens".

Carlos César voltou a acusar o PSD de continuar a fazer queixas anónimas à União Europeia sobre apoios do Governo Regional atribuídos a entidades privadas dos Açores.

Perante centenas de pessoas, que enchiam por completo o salão da Casa de Povo em São Miguel, Carlos César considerou que a promessa do PSD de aumentar as pensões nas ilhas é própria de quem "pode prometer tudo porque sabe que, como não ganhará eleições, não terá de fazer nada".

O líder dos socialistas açorianos comprometeu-se, ainda, a criar 2500 novos postos de trabalho por ano até 2008, a renovar a frota da Sata Air Açores, a aumentar os apoios aos idosos na aquisição de medicamentos e a desenvolver medidas para atrair investimento externo para as ilhas.

## REGIONAIS/AÇORES

# CARLOS CÉSAR SUSPENDE FUNÇÕES GOVERNATIVAS

O chefe do Governo Regional dos Açores, Carlos César, anunciou que vai suspender as suas funções governamentais a partir de 3 de Outubro, dia do início da campanha eleitoral para as eleições regionais de dia 17.

Embora a legislação não obrigue à suspensão, Carlos César decidiu adoptar na campanha das próximas eleições para o Parlamento açoriano posição idêntica à assumida há quatro anos.

Durante a campanha eleitoral, que termina a 15 de Outubro, a chefia do Governo será entregue ao secretário regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Roberto Amaral.

O PS/Açores, liderado por Carlos César, conta actualmente com 30 deputados na Assembleia Legislativa Regional, contra 18 do PSD, dois do PCP e dois do CDS-PP.

## PROGRAMA DE GOVERNO DO PS/MADEIRA

# POR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

**A valorização das pessoas é a principal aposta do PS/Madeira vertida no seu programa de "governo de alternância democrática". A competitividade e a coesão social são os pilares de um modelo de desenvolvimento sustentado que se pretende para uma região em que a política do betão tem dominado.**

O relançamento da chamada "economia do mar" é outro dos pontos que se destacam no documento que foi publicamente apresentado no Funchal no passado dia 17. Elaborado em grande parte pelo deputado à Assembleia da República Maximiano Martins, o programa de governo do PS qualifica a competitividade e a coesão social como as traves-mestras do modelo de desenvolvimento sustentado que se pretende implementar na região, centrando por isso a sua intervenção, no plano

económico, na qualificação das pessoas, no crescimento em harmonia com o ambiente, no fortalecimento da economia e estímulo da inovação empresarial e no desenvolvimento assente na capacidade estruturante e integradora do turismo.

No plano político, o PS atribui prioridade à revisão da lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional e à reformulação do sistema de governo dos órgãos das autarquias locais, no sentido do reforço da estabilidade do seu funcionamento.

No documento, o PS promete também colocar na agenda política a revisão da lei das finanças regionais, orientada pela necessidade de rigor na governação e pela afirmação de princípios de estabilidade e transparência.

Os socialistas madeirenses fazem ainda um diagnóstico muito crítico do modelo de desenvolvimento seguido na região por basear-se em "opções erradas" e em "factores de expansão que se encontram hoje em esgotamento e bloqueio". Segundo o PS, a prossecução de uma

política de desenvolvimento "apostada quase exclusivamente em betão" mostrou-se "rentável na formação de clientelas que gravitam em torno do poder instalado", mas "resultou, inevitavelmente, na criação de profundas assimetrias no seio da sociedade madeirense e na exclusão, de uma parte da população, na dinâmica de desenvolvimento".

O PS/Madeira considera ainda que o modelo político implementado por Jardim se fez "ao arrepio de são princípios de vivência democrática", com "silenciamento da participação cívica dos cidadãos, da livre expressão e da generalização de uma opinião pública informada e crítica".

Apesar de reconhecer que a Madeira apresenta nas últimas décadas elevados níveis de crescimento económico, o PS refere que "não poderia ser de outra forma, dado o ponto muito baixo em que se partia e a elevada disponibilidade de meios financeiros provenientes do Orçamento de Estado e de fundos comunitários".

## PS/RABO DE PEIXE ABRE NOVO ESPAÇO DE TRABALHO

A Secção do PS/Açores de Rabo de Peixe abriu um novo espaço de trabalho, na zona da Praça do coreto desta Vila. "Este local é a prova da afirmação e do empenhamento dos socialistas de Rabo de Peixe no acompanhamento da actividade sociopolítica desta nova Vila, afirmou o secretário-coordenador da Secção, Carlos António Estrela.

Na sua intervenção, afirmou que "pela obra já realizada, a que está em curso e a já projectada, o Governo Regional merece toda a confiança no próximo dia 17 de Outubro", acrescentando que "o PS vai também ganhar em Rabo de Peixe, pois as pessoas desta vila reconhecem o grande trabalho social, as infra-estruturas e equipamentos que, desde 1997, mudaram para melhor a nossa Vila, nomeadamente o porto de pescas, a avenida marginal, as novas habitações e as creches e ATLs que retiram as crianças das ruas".

## Jantar-convívio na Freguesia da Ribeirinha

Entretanto, no âmbito da pré-campanha eleitoral realizou-se no passado dia 18, na Casa do Povo da Freguesia da Ribeirinha, ilha de S. Miguel, um jantar-convívio de militantes e simpatizantes socialistas.

"A obra por mim realizada  
é garantia de que cumpro  
os meus compromissos"

*Camarada,*

Esta é a segunda, e última, carta minha que te chega antes da primeira volta na eleição para o cargo de Secretário-Geral do PS.

O apelo que te faço é que votes e que o faças de acordo com a tua convicção e a tua consciência. Sem te deixares levar por lógicas situacionistas de "vencedores antecipados". Muito menos pelas que nos são vendidas pelos comentadores da direita nos meios de comunicação social, cada vez mais sensíveis às influências dos grandes interesses. Porque será que gente como Marcelo Rebelo de Sousa ou Valentim Loureiro têm vindo a declarar que desejam a vitória de José Sócrates nesta eleição?

Apelo também a que escolhas o teu Secretário-Geral sem te deixares levar por proclamações grandiosas. Esta eleição não é um concurso de oratória, nem uma escolha entre telegenias. É a escolha do camarada que nos dê melhores garantias de trabalhar sem descanso pelos nossos ideais, sem cedências, com coragem e frontalidade. É, antes de tudo, a escolha do Secretário-Geral que, na oposição à actual coligação, melhor lutará por esses ideais, para que depois os portugueses elejam um Primeiro-Ministro socialista capaz de traduzir em actos, obra e trabalho esses ideais.

Não me candidato contrariado, nem depósito as minhas esperanças na eficiência aparelhística. Candidatei-me livremente, em Março, para devolver aos militantes a escolha das orientações do Partido. Será que a apresentação de uma nova candidatura, cinco meses depois da minha, sem divergências ideológicas essenciais, é que dignifica o partido e valoriza o debate? E óbvio que não! Quais serão então as motivações do camarada candidato "pressionado" e dos que o "pressionam"?

Nós, socialistas, devemos interessar-nos por saber não o que o País (e o PS) pode fazer por nós, mas o que nós podemos fazer por Portugal (e pelo PS). É neste sentido, caro(a) camarada, que chamo a tua atenção para a coerência das posições que tomamos na minha candidatura a Secretário-Geral do PS. Somos socialistas e não temos vergonha de o ser. Nem modernos, nem radicais, nem moderados. Socialistas.

Mulheres e homens de esquerda que sempre se bateram pelos valores e pelas convicções que são as nossas, socialistas.

Queremos um partido socialista devolvido aos militantes socialistas, onde haja espaço para todos, onde todos tenham uma palavra a dizer, onde o

contributo de todos seja bem-vindo. A todos os níveis das estruturas do PS, que vamos revitalizar e dignificar.

Connosco, ao contrário do que acontece nas outras duas candidaturas, e vê-se logo, não há lugares cativos para ninguém. Nem na direcção do PS, a todos os níveis, nem no Parlamento, nem nas autarquias.

O nosso objectivo é conduzir o PS à vitória, para que ele volte a ser poder, a nível local e nacional. Mas poder, para executar a nossa política. Para cumprir os nossos valores de mulheres e homens de esquerda. Para desenvolver Portugal de uma forma solidária, equilibrada, sem cedências aos grandes interesses económicos, sem ilusões líricas quanto aos desafios difíceis que temos pela frente. Provei-o quando, à frente de uma equipa de esquerda, governei a capital do nosso País. A obra feita está aí bem visível à vista de todos.

Essa penso que é uma importante mais-valia da minha candidatura face às outras. Há na minha candidatura um capital de coerência mas também de experiência e trabalho realizado em todas as áreas que têm que ver com o governo do País. Da habitação ao ambiente, da cultura às relações internacionais, das infra-estruturas rodoviárias à segurança e à protecção civil, da recuperação urbana ao comércio e turismo. Em todas essas áreas temos trabalho visível que pode ser avaliado.

Dou-vos, camaradas, a garantia de prosseguir neste caminho com a mesma determinação com que me atirei ao inferno do Casal Ventoso ou com que reconstruí os Paços do Concelho de Lisboa depois do incêndio. Temos propostas claras e inequívocas, enraizadas no passado mas com saudade do futuro.

Vamos a isto. Juntos!

Vota camarada, vota em consciência e vota bem.

O voto para Secretário-Geral (independentemente das candidaturas a delegados) é secreto e livre de quaisquer pressões ou influências. O destino do PS está nas tuas mãos.

Viva o PS!

**João Soares**

**O VOTO**  
PARA SECRETÁRIO-GERAL  
(independentemente das candidaturas a delegados)  
**É SECRETO E LIVRE**  
DE QUAISQUER PRESSÕES OU INFLUÊNCIAS




**O DESTINO DO PS  
ESTÁ NAS TUAS MÃOS**



### Maria Antónia Palla

"Viver é qualquer coisa de fascinante", afirma João Soares num texto editado no Uruguai. E quem o afirma sabe do que fala porque experimentou já o que é chegar à ténue fronteira entre a vida e a morte. Quando o deixámos no hospital de Pretória, dois dias após o acidente que sofreu – e de que eu própria escapei por puro acaso – pensávamos que ele não sobreviveria.

Mas sobreviveu. Porque há em João Soares uma força anímica que o leva a ultrapassar as dificuldades, sem virar a cara aos riscos, sem cuidar de preconceitos, sem pautar as suas decisões por cálculos antecipados de vitórias ou derrotas. De João Soares diz-se que ele é essencialmente um homem de acção. E é verdade que ele tem prazer em fazer coisas. Não se julgue, porém, que João Soares age sem pensar.

As decisões rápidas que ele toma são aparentemente são espontâneas e impensadas. Porque percebemos, e sabemos, que o que se apresenta como tal corresponde a uma reflexão

profunda sobre princípios que estruturaram a sua personalidade e em relação aos quais ele é de uma fidelidade exemplar. E que actuam, naturalmente, quando decide.

A liberdade de pensar e de agir, em total independência e a solidariedade são princípios básicos que o norteiam, um dado quase genético, desenvolvido por esforço próprio, que o levam a assumir as posições e as causas mais diversas mesmo que politicamente incorrectas desde que estejam ameaçados direitos fundamentais.

Tudo porque João Soares acredita na possibilidade de um mundo melhor, mais livre, mais tolerante. "Um mundo plural e diverso onde cada vez mais temos de saber viver uns com os outros de uma forma solidária" como já escreveu.

"Nunca, na história da humanidade, desde que ela se faz, houve como hoje tantas condições de dar provimento, de forma sustentada e sem grande esforço de trabalho, às questões básicas essenciais que se colocam ao ser humano. A casa, o agasalho, o sustento básico em termos de alimentos, os cuidados de higiene e saúde, a educação", escreveu.

João Soares homem de muitos combates revela-se ainda um homem de paz. E de tolerância, que acredita na possibilidade de uma harmonia.

Sem esquecer que é preciso determinação e coragem de lutar por ela. São qualidades que não faltam a João Soares.





“Comigo o PS não desiste porque nunca desisti de nada na vida”

JOÃO SOARES, EM ENTREVISTA AO PRIMEIRO DE JANEIRO GARANTE QUE VAI MANTER UM CONSTANTE “DIÁLOGO À ESQUERDA”

## UM PS FIEL À TRADIÇÃO

**Acredito que vou ser o próximo secretário-geral socialista e prometo ser fiel à tradição, privilegiando um “diálogo à esquerda”. Garanto: “Comigo, o PS não desiste!”**

**Se for eleito secretário-geral do PS vamos assistir a uma viragem à esquerda do partido?**

Apenas quero pôr o PS fiel aquilo que é à sua melhor tradição. Um PS consequente em termos de posição e de poder com aquilo que são os valores e os princípios porque se bate e que não faça concessões, tanto no plano económico como em tudo o que esteja relacionado com o futuro sustentado da nossa terra. Enfim, tudo o que tem a ver com três grandes linhas: qualificação das pessoas, qualificação do território e qualificação da administração pública, num quadro de coesão social e de crescimento que permita à economia portuguesa convergir com as dos outros parceiros da UE.

**Portanto, se o PS vencer as eleições legislativas sem maioria absoluta vai privilegiar acordos à esquerda?**

Desde sempre, disse com toda a clareza que, comigo, o PS não tem adversários à esquerda. Comigo, o partido vai manter um diálogo à esquerda, não apenas com as forças políticas representadas na Assembleia da República, mas com todas as personalidades e todos os grupos que se colocam a si próprios à esquerda. Comigo, se o PS não tiver a maioria absoluta, jamais iremos assistir a acordos do tipo «queijo limiano». Os acordos que procurarmos serão sempre feitos à esquerda, mesmo porque o próximo mandato de quatro anos do executivo vai ser muito importante, sem estar constantemente a ser entrecortado por outros actos eleitorais.

**Mas, as duas vitórias do PS de António Guterres não foram conseguidas à esquerda, mas sim com o apoio do centro!**

O centro não se conquista abandonando as nossas convicções, mas sim sendo-se coerente com as posições que assumimos. As vitórias em duas eleições legislativas foram do Partido Socialista, que tinha António Guterres como líder. Aliás, tenho muito orgulho de também ter participado nessas vitórias.

**Já disse que não concorda com a realização de Estados Gerais...**

O processo dos Estados Gerais esgotou-se a partir do momento em que o PS não soube ouvir, enquanto esteve no poder, todos quantos tinham participado neles. Sinto hoje muita frustração da parte dessas pessoas que participaram, activamente e com convicção, e, depois, o PS esqueceu-se de ouvi-las. Só propõe Estados Gerais quem não quer um PS de portas abertas como aquele que desejo ver concretizado. O PS deve começar por praticar o espírito dos Estados Gerais internamente com os seus próprios militantes e com os seus eleitores fiéis.

**E se os socialistas não o elegerem secretário-geral nos próximos dias 24 e 25, qual vai ser o seu posicionamento no Congresso?**

Nunca me candidatei a secretário-geral do PS, mas já encabecei listas para a Comissão Nacional em Congressos em que estive em minoria. Como democrata que sou, aceitei o resultado, qualquer que ele seja. Já houve situações em que não tendo apoiado uma candidatura, como aconteceu com Vítor Constâncio,



depois ter-me batido ao lado dela pelo melhor resultado para o PS. Mas, espero que não se caia na mesma lógica de então, onde se privilegiou a escolha de uma pessoa que parecia ser a melhor alternativa a Cavaco Silva em termos de currículo...

**Portanto, se perder...**

Vou continuar a bater-me pelos valores expressos na minha moção e levá-la até ao fim. Acredito que a minha moção merece ser discutida pelos militantes.

**Aceita cargos nos órgãos nacionais se para tal for convidado?**

Já tenho integrado listas para os órgãos nacionais em minoria, mas a partir dos votos que as posições que defendo foram capazes de granjear. Não entrarei para os órgãos nacionais a convite de outras candidaturas, mas

apenas pelas votações que alcançar no Congresso. De qualquer forma, estou sinceramente convencido de que vou ser eleito secretário-geral.

**Quer então dizer que não desiste!**

Comigo o PS não desiste, porque nunca desisti de nada na vida.

**Nas várias acções que promove, e ao contrário das outras candidaturas, não aparecem muitas das chamadas «figuras sonantes» socialistas. Que comentário?**

A filosofia de fundo com a qual assumi esta candidatura assenta nas bases. Entreguei a candidatura na Comissão Nacional com 101 assinaturas de militantes de base de todo o país. Esta é uma postura completamente diferente, que respeita a filosofia original do processo eleitoral que vai decorrer no interior do PS. Pela primeira vez num partido português, vai ser cada um dos militantes que, em consciência, escolhe o melhor candidato. Não quero com isso dizer que não tenha muitos ex-ministros ou pessoas que ocuparam cargos dirigentes no PS a apoiar-me.

**Cada vez que participa numa acção, a figura de Mário Soares está sempre presente. Isso incomoda-o?**

Não me incomoda absolutamente nada. Tenho, no plano pessoal, a maior das ternuras pelo meu pai e tenho a certeza que esta é correspondida, da mesma forma, por ele. Aliás, tenho muita honra em ser filho de quem sou e sempre me identifiquei com as posições por ele assumidas. Contudo, todos os socialistas e todos os portugueses sabem que nunca fiz nada nem contra, nem à sombra do meu pai e nunca tive nenhuma função no PS ou fui eleito pelo partido enquanto ele foi secretário-geral. Isto, por não querer. Até 1986, nem sequer pertenci à Comissão da Federação de Lisboa e, quando lá cheguei, passei por uma disputa dos votos

da base e em contracorrente. Estive em minoria na Federação e, no Congresso que se seguiu, não apoiei Vítor Constâncio. É assim que quero continuar a estar no PS...

**E se for eleito?**

Se vier a ser eleito secretário-geral, o que acredito vai acontecer numa segunda volta, serei um entre iguais para dirigir o partido às vitórias. Sempre sem discriminar ninguém, quer tenha sido ou não meu apoiante.

**Acha que António Guterres é o melhor candidato para o PS apoiar nas próximas eleições presidenciais?**

Tenho dito com toda a clareza que António Guterres tem condições para ser um bom candidato do PS. Mas, primeiro, é preciso que ele queira e, depois, que se prove que tem condições para ser o candidato de toda a esquerda e possa ir buscar votos a outras franjas, nomeadamente ao centro e ao centro direita, que não se reconhecem na deriva direitista protagonizada pelas figuras de Paulo Portas e de Pedro Santana Lopes. De qualquer forma, quando for eleito secretário-geral, vou falar com ele de imediato.

**Mas, gostava de ver António Guterres em Belém?**

Tenho as melhores relações pessoais com o engenheiro António Guterres, mas são públicas as suas posições a insistir que não está interessado em ser candidato a candidato. Crítico o que está a fazer José Sócrates, que usa o nome de António Guterres na batalha interna da disputa partidária, prejudicando a possibilidade de este vir a ser o melhor candidato do PS. É um jogo utilizado por José Sócrates apenas em benefício próprio da sua candidatura.

**Que balanço faz da campanha até agora?**

Fatigante, mas estimulante. Tenho sentido muito o apoio e o entusiasmo dos militantes.

## “TENHO OBRA FEITA”

Três razões para os militantes socialistas elegerem João Soares secretário-geral do PS, nos próximos dias 24 e 25. Antes de mais, sou um homem coerente, desde sempre, com a esquerda a que pertenco e com os ideais do PS. Depois, tenho uma experiência que me distingue pela positiva dos outros candidatos, que são meus adversários nesta corrida à liderança. Finalmente, tenho uma obra indiscutível que está à vista de todos e é coerente com valores que defendo: a minha experiência de gestão de serviço público, já que governei à esquerda a capital do país. Há uma obra realizada, visível, para ser julgada como garantia que os compromissos que assumo para o PS e para o país vão ser cumpridos.

Enquanto secretário-geral e candidato do PS ao cargo de primeiro-ministro, quais são as suas prioridades na economia?

Tomar uma posição firme contra a lógica da economia de casino em que Portugal, a Europa e o Mundo têm estado a viver. Aplicação efectiva da taxa de Tobin. Posição clara nas instituições europeias contra aquilo que representam os «off-shores» como legalização da especulação mais despodorada em torno dos mercados financeiros. Papel claro para o Estado enquanto regulador das distorsões da economia de mercado.

**No âmbito do trabalho.**

Revogação imediata do actual Código de Trabalho e aprovação de um novo documento onde estejam consagrados os direitos dos trabalhadores de uma forma mais justa.

**E na educação?**

A prioridade das prioridades vai assentar na qualificação das pessoas. Sem uma aposta clara na educação e na ciência não há desenvolvimento sustentado.

**Quanto à saúde?**

Defesa do Serviço Nacional de Saúde como pilar essencial do estado democrático,

numa lógica que tem a ver com a responsabilidade pública de assegurar a todos os portugueses a igualdade e a gratuidade desse serviço. É uma questão que me toca profundamente e onde há condições para haver melhorias substanciais que passem pelo brio, profissionalismo e valorização do que é público. A política de direita e o neoliberalismo predominante no mundo introduziram na opinião pública a ideia que o público é mau e o privado bom. Isso não é verdade e tem de ser desmentido.

**E quanto à questão do aborto, está disponível para um novo debate alargado sobre esta matéria?**

Sempre defendi, mesmo antes daquele logro que foi o referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, que o PS devia tomar a iniciativa no Parlamento, a sede própria para qualquer decisão sobre esta matéria. Defendo que não devemos recorrer de novo a um referendo sobre uma matéria que nos distingue dos nossos parceiros europeus e viola aquilo que é um direito sagrado das mulheres portuguesas dispostem do seu corpo.

**No que diz respeito às autárquicas, também defende acordos do PS à esquerda?**

Por princípio, e a exemplo das legislativas, defendo que o PS deve avançar sozinho, com os seus candidatos e propostas, mas sem excluir acordos posteriores à esquerda. Acordos pré-eleitorais não me parecem desejáveis...

**Uma última questão. Duas candidaturas apoiam o nome de Almeida Santos para presidente do partido. Porque não concorda?**

O apoio de duas candidaturas ao nome de Almeida Santos só prova que não estão apostadas numa efectiva renovação do PS. E apesar de falarem em esquerda moderna, num caso, e em renovação e mudança, no outro, não querem uma efectiva mudança. Veria com bons olhos nesse cargo Manuel Alegre, porque tem um perfil capaz de exercer de forma mais dinâmica a presidência do PS.

**Para um Partido  
nem radical nem moderado,  
apenas Socialista!**



**PARTIDO  
SOCIALISTA, PARTIDO  
DE PORTAS ABERTAS**

Os "Estados Gerais" começam, e são, dentro do PS. Dar um papel político, meios financeiros, e capacidade política, às estruturas de base e intermédias do PS. Impedir que as estruturas estejam fechadas e dominadas por pequenos grupos(cliques). Repartir os recursos do Partido pelas Federações, num equilíbrio ponderado entre resultados eleitorais e necessidades. Assegurar a profunda renovação das equipas dirigentes. Dar possibilidade à JS, e às Mulheres Socialistas, de uma participação política de primeiro plano na actividade e acção externa do Partido. Apontar à paridade mulheres homens em todas as estruturas, garanti-la ao nível do Governo. Convocar todos os militantes do PS a darem o seu contributo para a elaboração de um ambicioso programa de Governo Socialista.



**CAMINHO DA VITÓRIA**

O PS disputará as legislativas sozinho com o objectivo de obter uma maioria absoluta. O PS não terá inimigos à esquerda e manterá um diálogo permanente, à esquerda, com partidos representados na AR, grupos de cidadãos e personalidades. O PS integrará, com plenos direitos, as comunidades imigrantes no seu seio. O PS entrosar-se-à com as muitas centenas de milhares de cidadãos que sempre votaram PS. O PS, no Governo, manterá a disponibilidade para ouvir, aceitar a crítica e a sugestão de todos aqueles que queiram fazer com ele esta caminhada para a vitória, estimulando especialmente militantes e deputados a essa postura crítica. O PS manterá autonomia política crítica face ao seu Governo. Até 31 de Janeiro, data da Convenção a realizar no Porto, o PS terá escolhido o candidato presidencial que apoia. Até 25 de Abril estarão decididas as candidaturas autárquicas.



**COMBATER O  
DESEMPREGO**

Política pública de emprego, prioridade das prioridades. Oferta às empresas, que contratem desempregados de longa duração, do valor equivalente a um ano do subsídio de desemprego. Introdução no currículo das Universidades e Institutos de estágios nas empresas. Adaptação dos currículos às necessidades do tecido empresarial. Recrutamento, no quadro de desempregados, de pessoas que possam desempenhar tarefas na área do Ambiente.

Apoio à criação de micro e pequenas empresas. Entrega pelo Estado de créditos litigiosos a organismos de trabalhadores e jovens empresários. Isenção fiscal por dez anos a empresas estrangeiras, que se instalem no interior, contra garantia de não deslocalização por igual período. Convénios com os países lusófonos para instalação de portugueses, a título individual ou sob forma empresarial, em áreas de efeito multiplicador. Emprego assistido, pelo Estado e pelas autarquias, a jovens nas áreas das artes, espectáculos e novas tecnologias. Comigo como Secretário-Geral não há lugares cativos, nem na direcção do PS, nem no Parlamento, nem nas autarquias, nem no Governo.



**DESENVOLVER  
A ECONOMIA**

Objectivo: fazer convergir a economia portuguesa com as mais desenvolvidas da UE. Discriminação positiva das empresas geradoras de emprego, que assegurem formação, qualificação de pessoal, e nas áreas das novas tecnologias e das energias limpas. O Estado não deve largar mão dos sectores estratégicos para o nosso desenvolvimento: GALP, águas, CGD, energia, comunicações. Benefícios fiscais ao aumento da produtividade e competitividade das empresas. Prémios às apostas na qualidade, na exportação e internacionalização. Racionalização da marca Portugal e promoção externa dos nossos produtos de qualidade. Dignificação do Turismo como actividade económica. Atenção ao papel das artes e da moda na internacionalização da marca Portugal.



**ENCERRAR O CICLO DO  
BETÃO QUALIFICAR  
O TERRITÓRIO**

Portugal pode ser a médio prazo um modelo ambiental. Fechar de vez o ciclo do betão. Corrigir assimetrias litoral interior. Apostar nas alternativas energéticas. Apostar na ferrovia. Floresta objectivo estratégico. Recuperar o património histórico construído e os grandes centros urbanos. Dignificar a orla costeira e as frentes ribeirinhas. Investimento no tratamento dos resíduos, recuperação e reciclagem. Formação ambiental nas escolas desde a primária. Medidas simples e eficazes de combate aos fogos florestais. Dignificação do trabalho agrícola. Política nacional de auto-suficiência em matéria de água, firmeza na negociação ibérica. Aposta clara no Mar. Transportes marítimos, portos, pescas e preservação de recursos, sedes de agências e centros de investigação internacional.



**UM ESTADO AMIGO  
DO CIDADÃO**

O Estado dá sinais que dão o tom para a sociedade. O Estado tem de ser sentido pelos cidadãos como pessoa de bem. Dignificação do conceito de serviço público. Informatização dos serviços. Colocação na Net, numa lógica interactiva, de todas as informações relevantes sobre os serviços. Combate cerrado e feroz à corrupção. Aproveitamento racional dos equipamentos e edifícios públicos. Campanhas de redução da burocracia e dos actos burocráticos. Aceleração da Justiça, dignificando agentes e dando-lhes condições e espaços de trabalho. Profissionais das áreas da segurança devem ser libertados das tarefas administrativas pela colocação dos excedentes de outras áreas. Certificações de qualidade periódicas em todos os serviços e sectores. Formação. Cooperação internacional na UE.



**SUSTENTABILIDADE E  
QUALIDADE NA  
SEGURANÇA SOCIAL**

Garantir a sustentabilidade do Sistema de Segurança Social Português que nos aproxime dos valores médios do Modelo Social europeu. Rendimento mínimo garantido, com contrapartida de trabalho social para a comunidade. Aumento das prestações mais baixas a reformados e pensionistas. Integração no activo de gestão da Segurança Social de Património dormente do Estado. Combate à pobreza com medidas imaginativas e audazes que levem à erradicação da fome e dos sem-abrigo.



**MELHOR, MENOS  
DESPERDÍCIOS NOS  
CUSTOS**

SNS pilar básico da qualidade de vida dos portugueses. Saúde pública gratuita para todos não é incompatível com espaço para Misericórdias, ONGs e privados. Disciplina e critério na gestão financeira do sector. Responsabilização dos dirigentes. Avanço no desenvolvimento de espaços hospitalares de retaguarda, nos tratamentos gerontológicos, na assistência a doentes terminais. IVG livre até às 12 semanas nos hospitais públicos.



**ENSINO MAIS EFICIENTE**

Qualificar o edificado do parque escolar público. Estabilizar por um mandato os programas escolares do

ensino público obrigatório. Ligar a escola à comunidade. Acabar com a bagunça da colocação dos professores, e criar residências municipais para os deslocados. Formação profissional a todos os níveis, em articulação directa com o tecido empresarial. Aposta no inglês para que os alunos do ensino obrigatório saiam tendencialmente bilingues. Um computador com ligação gratuita à Net para cada dois alunos. Escolas do ensino básico abertas pelo menos 12 horas. Salas de aula em zonas problemáticas com não mais de 15 alunos.



**E CULTURA NO  
CENTRO DA MUDANÇA**

A qualificação dos portugueses passa pela Cultura e pela Ciência. Investigação e Desenvolvimento condição de sucesso. Apoiar a fundo a comunidade científica nacional. Acordos de estágio e pós-graduações, generalizados, para estudantes portugueses na UE e nos EUA. Valorização devida à comunidade mais qualificada vinda de Leste. Acordos de cooperação Universidades empresas. Apoio aos criadores nacionais: artes plásticas, artes do espectáculo, cinema, moda. Valorização do livro e dos autores portugueses. Portugal na rota dos grandes eventos culturais.



**TEM UM LUGAR NA  
EUROPA E NO MUNDO**

Temos as mais antigas fronteiras na Europa. Uma vocação marítima que espalhou comunidades nossas pelo Mundo. Valorizar e potenciar esse capital único. No Brasil, e em África onde se fala português, por todo o Mundo onde há portugueses. Na Europa temos um papel a desempenhar, com imaginação e audácia. Não somos temidos, tiremos partido disso em todas as instâncias da UE. Sejamos os paladinos das mudanças, políticas (no aprofundamento da integração, pela Paz, em matéria de defesa e segurança), económicas (taxa Tobin e fim dos offshores), agrícolas e ambientais, por políticas solidárias. Em África, assumir sem complexos o nosso papel privilegiado, em benefício de ambas as partes e sem concessões às nomenclaturas corruptas. Apoiar e valorizar as nossas comunidades emigrantes. Não esquecer Timor.



## Mais Abertura aos Militantes

Comigo, a tua voz conta,  
agora e sempre!

# Demagogia e Populismo

não se combatem com

verbo ou imagem

mas através da força da

# REALIZAÇÃO



# VAMOS VOTAR!

É já nos próximos dias 24 e 25, sexta-feira e sábado, que os militantes do PS vão eleger o seu novo Secretário-geral.

Creio que o debate aberto que teve lugar ao longo desta campanha, apesar dos excessos daqueles que não resistiram à tentação dos ataques pessoais e das suspeições contra o PS, foi um sinal da vitalidade do Partido Socialista e uma lição de democracia para o País.

Pela minha parte, apresentei ideias e propostas para o partido e para o futuro do País; defendi uma estratégia política clara e nunca me esqueci de manter sob fogo cerrado aquele que é o nosso real adversário – o Governo da direita.

Alternativa, renovação, abertura – foram estas as palavras-chave da minha candidatura, desenvolvidas na Moção “Uma Esquerda Moderna para os desafios do nosso tempo”.

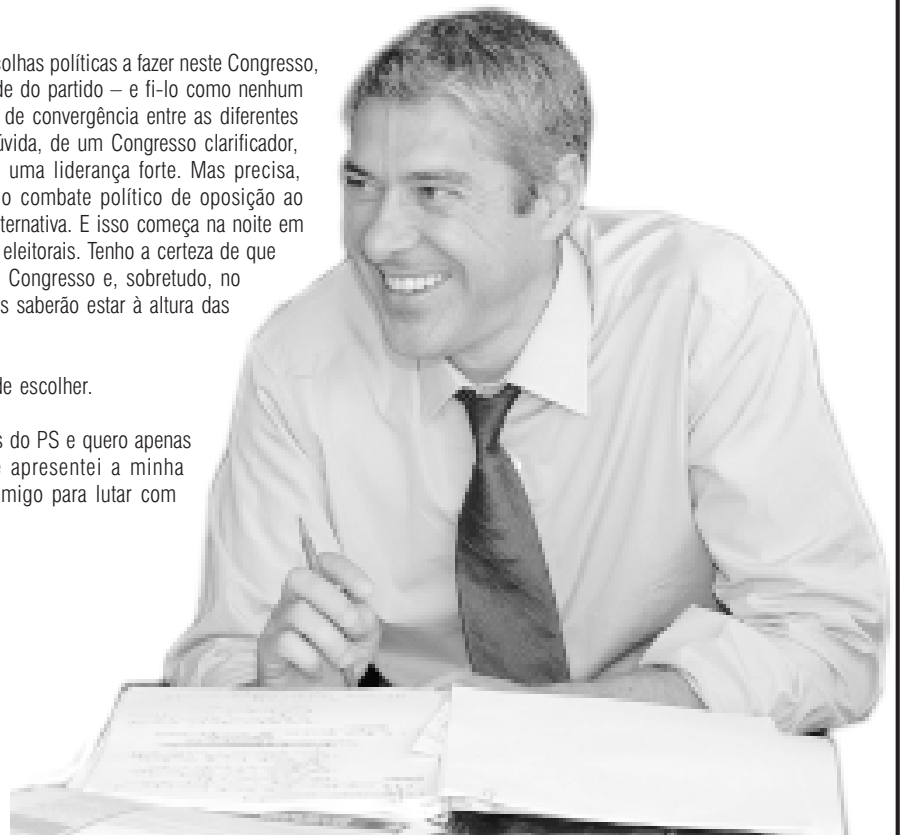
Em defesa de um Congresso clarificador, identifiquei as questões políticas decisivas nesta campanha e, de facto, foi em torno delas que o debate se centrou – um PS que fale para todos e que não tenha destinatários preferenciais, abandonando a juventude, as classes médias e os agentes económicos à direita ou ao Bloco de Esquerda; um PS que valorize a marca social dos Governos de Guterres e que recuse frontalmente a ideia de ter sucedido a Cavaco Silva protagonizando um mero neo-rotativismo; um PS que não seja apenas “do contra” e seja capaz de apresentar alternativas, incluindo uma alternativa de política económica estruturada em torno de um plano tecnológico; um PS que não adie a indicação de um candidato a Primeiro-Ministro, antes reforce a sua alternativa de Governo apresentando ao País um líder credível para governar; um PS que aposte na maioria absoluta e que não a prejudique antecipando o anúncio de negociações pós-eleitorais com o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda; um PS que não reduza as condições de sucesso de uma candidatura presidencial da esquerda por via de iniciativas partidarizadas ou da imposição de “timings” desadequados.

Mas se identifiquei o terreno das escolhas políticas a fazer neste Congresso, sublinhei também, a bem da unidade do partido – e fi-lo como nenhum outro candidato – as amplas zonas de convergência entre as diferentes candidaturas. O PS precisa, sem dúvida, de um Congresso clarificador, que lhe dê uma estratégia clara e uma liderança forte. Mas precisa, também, de concentrar esforços no combate político de oposição ao Governo e de preparação de uma alternativa. E isso começa na noite em que forem divulgados os resultados eleitorais. Tenho a certeza de que nesse momento crucial, no próprio Congresso e, sobretudo, no Pós-Congresso, todos os candidatos saberão estar à altura das suas responsabilidades.

Agora, é tempo de votar, é tempo de escolher.

Confio no julgamento dos militantes do PS e quero apenas dizer-lhes, como no dia em que apresentei a minha candidatura, que podem contar comigo para lutar com alegria pela vitória do PS!

**José Sócrates**



**JOSÉ SOCRATES**

Moção C

**Uma Esquerda Moderna para os Desafios do Nosso Tempo**



# PRINCIPAIS LINHAS DE ACTUAÇÃO PROGRAMÁTICA

*A moção de José Sócrates – “Uma esquerda moderna para os desafios do nosso tempo” – aponta um conjunto de soluções para mudar o País e dar aos portugueses melhores condições de vida. Vejamos algumas áreas com propostas programáticas concretas:*

## EDUCAÇÃO

**Incentivar ensino do Inglês, Matemática e Ciências Naturais.**

(...) “É absolutamente vital a melhoria do sistema de educação-formação. A educação, aliás, é condição de igualdade de oportunidades e do acesso à pela cidadania.(...)”

Importa assim assumir como prioridade a antecipação de momento em que o **Inglês**, verdadeira língua franca numa economia internacionalizada, é introduzido na escolaridade como língua obrigatória –sem esquecer obviamente a centralidade da aprendizagem do português. E ultrapassar as dificuldades presentes no ensino da **matemática** e das **ciências naturais**, actuando desde os graus iniciais de ensino, alterando programas e métodos e visando aumentar o número de licenciados nestas áreas”.(...)

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

**Informatização acelerada e generalização da Internet.**

(...) É preciso desenvolver um programa de **informatização acelerada** do País ampliando o uso de equipamento informáticos e as ligações à **Internet** de famílias e empresas, por forma a promover competências, disseminar informação e favorecer a criação de “círculo virtuoso” em que o aumento dos acessos e dos utilizadores poderá provocar um crescimento da procura apto a impulsionar a oferta nacional nestas indústrias.(...)

## MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

**Combate à burocracia.**

(...) Deve ser adoptado ao nível de cada Ministério um **Plano de acção de Combate à Burocracia**. (...) Importa assim assegurar acções conjugadas tendo em vista suprimir circuitos burocráticos dispensáveis. Importante será também favorecer o acesso à distância das pessoas à administração (e-government), aumentando a presença desta na Internet e alargando o número de procedimentos que possam ser iniciados e terminados por esta via.(...)



## JUSTIÇA

**Reforma, simplificação de procedimentos.**

(...) Pelo seu impacto na economia em geral, o sector da justiça deve ser tido como prioritário, retomando as linhas da **reforma** interrompida nos últimos dois anos: aposta em mecanismos de **resolução alternativa de conflitos** e simplificação de procedimentos.(...)

## FINANÇAS PÚBLICAS

**Revisão do Pacto de Estabilidade.**

(...) Porque o controlo do défice não pode ser um fim em si mesmo, perseguido com desprezo por outros objectivos, torna-se necessária a revisão do **Pacto de Estabilidade e Crescimento**.(...)

## POLÍTICAS SOCIAIS

**Combate ao desemprego, políticas activas de emprego.**

(...) Traço distintivo da terceira geração de políticas sociais deverá ser, desde logo, a prioridade à prevenção de riscos sociais, recusando uma lógica passiva de subsídio de desemprego: qualificar os recursos humanos para **prevenir o desemprego**, promover a empregabilidade e as **políticas activas de emprego**; corrigir as assimetrias de informação e formação geradoras de desigualdades de oportunidades e combater a info-exclusão. (...)

## SAÚDE

**Convenção Nacional sobre Política de Saúde em 2005, listas de espera e dívidas às farmácias.**

(...) A situação do sistema de saúde é muito preocupante. Por isso o Partido Socialista deve

organizar no **segundo semestre de 2005 uma Convenção Nacional sobre Política de Saúde**, congregando profissionais de saúde, especialistas e os mais interessados no funcionamento do sistema para fazer uma avaliação pública do situação e elaborar um programa para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde.(...) É preciso que seja divulgada uma informação fidedigna sobre a situação do sistema, não apenas ao nível financeiro – incluindo as **dívidas à farmácias** – mas também ao nível da prestação dos cuidados de saúde e **situação das listas de espera**, bem como política do medicamento.(...)

## ENERGIA

**Desenvolvimento de energias aletnativas, biomassa e energia de marés.**

(...) Portugal é com o Luxemburgo e a Bélgica, um dos países europeus com maior dependência energética- em torno de 90 por cento. Neste contexto avulta a necessidade de intensificar, de forma decidida, o apoio **ao investimento das energias renováveis**, mas também a biomassa e a **energia de marés**- alterando efectivamente a paradigma da nossa política energética. (...)

## AMBIENTE

**Mais investimento no abastecimento de água, saneamento e tratamento de recursos.**

(...) A aposta fundamental deve ser no sentido do **ambiente ter um peso efectivo nas orientações para o desenvolvimento do País** e na condução das diferentes políticas sectoriais.(...) É necessário relançar os investimentos para a resolução dos problemas ambientais de primeira geração, designadamente ao nível das infra-estruturas para alcançar níveis de atendimento semelhantes aos dos países mais desenvolvidos

nos domínios do **abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos** (...)

## FISCALIDADE

**Correcção das assimetrias fiscais e promoção da justiça fiscal.**

(...) Em Portugal o **peso da carga fiscal recai desproporcionadamente sobre o trabalho dependente** devido às maiores possibilidades de fuga dos rendimentos empresariais de certas profissões liberais e do capital. (...) É um escândalo, há demasiado tempo consentido pelo Estado, cuja persistência não se pode admitir. **A prioridade de qualquer intervenção no sistema fiscal deve ser a correcção desta assimetria e promoção da justiça fiscal.** Tal consegue-se, desde logo, dotando a administração dos meios logísticos (como integração informática de dados) e legais (métodos indirectos, operacionalização do acesso a dados bancários) necessários ao combate à fraude.

## INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ (IGV)

**Realização de um referendo para uma lei moderna da IVG.**

(...) Em Portugal a situação da mulher é agravada por uma anacrónica legislação penalizadora da interrupção da gravidez, em termos que constituem uma afronta persistente ao direito das mulheres portuguesas à saúde reprodutiva e à sua dignidade, gerando, por acréscimo um problema de saúde pública. (...) Para enfrentar este problema o **PS deve comprometer-se a suscitar a realização de um novo referendo nacional e a bater-se empenhadamente, pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez em Portugal**. (...) aproximando o país das outras nações ocidentais com as quais partilhámos os mesmos valores da civilização.



**Artur Penedos**

(...) O camarada José Sócrates, ao longo da sua vida, demonstrou, sem margem para dúvidas, ter capacidade e determinação suficientes para, perante a injustiça e o atentado aos direitos dos cidadãos, afrontar os poderosos e os interesses instalados. O país necessita, mais do que nunca, de alguém capaz de assumir esse papel...

**José Ernesto Oliveira**

(...) é necessário um novo estímulo na afirmação do PS como Partido liderante da esquerda moderna, competente e sedutora.

**José Junqueiro**

Nestes últimos 2 anos e meio apenas um dos três socialistas candidatos à liderança soube manter um debate público que revelou conhecimento dos problemas e capacidade para apresentar propostas alternativas.

**José Lello**

(...) Como governante, trouxe ao património político do PS algumas das mais relevantes temáticas do nosso tempo, desde políticas ambientais inovadoras, à defesa dos direitos dos consumidores, contra o poderio de multinacionais e monopólios, passando pela humanização de conceitos e soluções no combate à toxicodependência.

**José Miguel Medeiros**

(...) Uma inquestionável competência e preparação, tanto técnica como política, para o exercício de cargos governativos...

**Julieta Sampaio**

(...) porque conheço a integridade moral, o saber e a vontade de lutar por ideias e propostas de modernidade voto em José Sócrates para secretário Geral do PS.

**Leonor Coutinho**

(...) José Sócrates é hoje a imagem dessa alternativa, aquele que os portugueses melhor identificam com uma governação do PS.

**Luís Ameixa**

(...) personificando uma nova camada etária na Democracia Portuguesa, o José Sócrates, deve protagonizar uma nova geração de políticas, progressistas, apostando ousadamente na qualificação dos portugueses, incluindo a qualificação política e cívica, que possa fazer avançar a Sociedade Portuguesa para uma Democracia de Qualidade.

**Luis Nazaré**

É um projecto de progresso, decididamente virado para o futuro, capaz de transformar o PS numa plataforma vibrante de modernidade, justiça social e desenvolvimento sustentado. É o projecto por que os Socialistas anseiam e a que os portugueses aspiram.

**Maldonado Gonelha**

Apoio o Camarada José Sócrates e nele votarei para Secretário-Geral do Partido Socialista porque, em minha opinião:

- Dará estabilidade, rejuvenescimento e coesão ao Partido;
- Tem convicções, sabe o que quer e tem projecto para o País;
- Tem coragem e determinação para realizar;
- Tem experiência política e governativa invejáveis;
- Com ele o Partido Socialista ganhará e constituirá verdadeira alternativa para o governo de Portugal.

**Maria Antónia de Almeida Santos**

O Camarada José Sócrates é, para mim em recta consciência, o candidato que mais condições tem para afirmar-se dentro do partido e projectar este junto da opinião pública.

**Maria da Luz Rosinha**

Apoio o José Sócrates porque acredito que saberá assumir o desafio de modernidade que se coloca ao PS e a Portugal

**Mário Almeida**

Apoio José Sócrates por ter apreciado a sua excepcional obra como governante que, entre outras acções, se traduziu numa correcta política para o saneamento básico, na extinção de lixeiras, no lançamento do Programa Polis e na vinda do Euro 2004 para Portugal.

**Mesquita Machado**

Trará uma liderança mais combativa e afirmativa, à luz de uma visão moderna e actualizada dos valores socialistas, em grande parte inspirados na revolução francesa.

**Miguel Coelho**

Apoio a candidatura de José Sócrates a Secretário-Geral do Partido Socialista porque dos três candidatos é o que está melhor colocado para derrotar a direita e devolver a Portugal um governo mais justo e moderno, mais solidário e progressista.

**Miguel Freitas**

(...)Aprecio a sua determinação, a sua inteligência, a leveza do seu raciocínio e o seu discurso directo. Tem provas dadas na organização do Partido e no Governo de Portugal...

**Renato Sampaio**

Apoio José Sócrates porque o PS terá que se apresentar aos portugueses como uma oposição energética e responsável, combativa e determinada, com um líder, uma equipa renovada e um projecto claro e mobilizador, porque só assim estará à altura do seu tempo e enfrentar o futuro com confiança...

**Roque Lino**

Se devesse guiar-me por razões afectivas, apoiaria outro dos candidatos. O que me move, porém, são razões políticas e de camaradagem que me levam a apoiar o José Sócrates. Não há várias esquerdas no PS. Há, isso sim, posições estratégicas diferentes para ganhar o Partido e, sobretudo, o País. Mas há, no PS, um candidato com mais capacidade de liderança partidária, com melhor perfil para primeiro ministro, com qualidades de grande convicção e determinação, sem cedência a grupos de pressão, como o demonstrou o José Sócrates nos governos de António Guterres. Foi ele, aliás, um dos ministros que deixou impressa uma grande marca social nos governos de que fez parte. É por essas razões, para além de muitas outras, que o apoio como candidato a secretário geral do Partido e como candidato a Primeiro Ministro em 2006. E – note-se – não faço absolutamente parte do que se convencionou designar por “aparelho do partido”. Uma observação final, todavia: se ganhar a eleição, como espero, o José Sócrates não poderá prescindir dos melhores quadros do Partido, entre os quais conto o João Soares e o Manuel Alegre, para além de muitos dos apoiantes destes camaradas.

Guarda: Visita à Casa da Cultura.



Loures: Sessão de esclarecimento.



Porto: Almoço com 2500 militantes.



Odivelas: Sessão de esclarecimento.



Covilhã: Jantar com 2300 militantes e simpatizantes



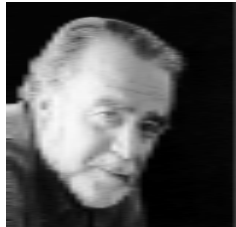
Caldas da Rainha: Almoço com dirigentes.



V. N. Gaia: Visita à Esc. Básica da Madalena.

Uma Esquerda Moderna para os Desafios do Nosso Tempo.





# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



## NASCEU UM MOVIMENTO



Helena Roseta

Portugal está a chegar ao fim de um ciclo económico e político. O modelo de desenvolvimento em que até aqui nos baseámos esgotou-se. Com a globalização e com o alargamento europeu, o nosso perfil produtivo perde cada vez maior competitividade. Temos baixas qualificações, baixos salários, pouca tecnologia incorporada no que produzimos, energia cara, má organização e má gestão. Por isso estamos a andar para trás na generalidade dos indicadores. Em termos políticos, começa com as eleições regionais um novo ciclo eleitoral, que envolverá uma escolha autárquica, presidencial e legislativa.

É neste quadro que surge a campanha interna do Partido Socialista. Dos seus resultados pode depender uma mudança do quadro político-partidário nacional. Se tudo se passasse entre José Sócrates e João Soares, como inicialmente se previa, o resultado estaria definido à partida. Foi a candidatura de Manuel Alegre que veio mudar os dados. A apresentação de novas ideias, a aposta, pela primeira vez numa campanha partidária, em novas tecnologias da informação, como os sites, os blogues, os telemóveis e as SMS, a qualidade das entrevistas televisivas do candidato e o entusiasmo que gerou em todo o país introduziram na campanha uma dinâmica inesperada. Em anteriores eleições directas, a percentagem de votação não chegou aos

10 por cento. Se a corrida ao pagamento de quotas indicia qualquer coisa, a votação pode ser muito superior e os resultados surpreendentes.

Mas o mais importante já foi alcançado. À volta da candidatura Manuel Alegre está a nascer um movimento de renovação e esperança como há muito não se via no PS. Há muita gente a regressar ao partido, depois de anos e anos de afastamento. Há muita gente a inscrever-se. O combate pela transparência e autenticidade do partido é um combate para continuar.

### À volta da candidatura Manuel Alegre está a nascer um movimento de renovação e esperança como há muito não se via no PS

E o desafio de criar uma alternativa de esquerda à maioria de direita está a ter muitos ecos em toda a esquerda, mesmo fora do PS.

As políticas neoliberais dos governos da direita falharam. Portugal não está a crescer nem a gerar mais riqueza. As pessoas estão a viver pior e as perspectivas são negativas: habitação mais cara, transportes mais caros, saúde mais cara, ensino caótico, segurança social com direitos cortados. Bagão Félix confessa que vai largar o "espartilho do défice". Mas anuncia que só pode haver aumentos salariais com aumento da produtividade. É uma mistificação. A quebra da produtividade deve-se a

equipamentos obsoletos, métodos produtivos errados, desorganização, má gestão, falta de definição estratégica e baixa qualificação e desmotivação da mão-de-obra. A responsabilidade por este estado de coisas é das

### As causas e propostas de Alegre vieram para ficar

empresas e do Estado, antes de ser dos trabalhadores. Sem uma nova cultura de inovação e risco e sem uma política generalizada de segunda oportunidade para a mão-de-obra desqualificada, não haverá aumento de produtividade e Portugal continuará na cauda de todas as estatísticas.

Manuel Alegre fala de um novo papel do Estado, o Estado estratega, capaz de definir horizontes e metas de futuro em cooperação com o tecido empresarial. Fala de crescimento económico inseparável da coesão social. Fala de fazer da globalização uma oportunidade de desenvolvimento. Fala de um novo contrato social, inclusivo, paritário e cosmopolita. E fala de condições imprescindíveis para concretizar este programa: mudar o PS por dentro e mudar a estratégia de governabilidade. Pôs o dedo na ferida do aparelhismo, com grande incómodo da candidatura de José Sócrates, nascida da mão do "homem forte do aparelho", Jorge Coelho. Mas os defeitos do aparelhismo estão à vista de todos. Quanto à estratégia de governabilidade, Alegre vem propor o que nunca em 30 anos foi assumido: a necessidade de construir uma maioria com todos os partidos parlamentares da esquerda. É o cenário que a

direita mais teme, por isso a generalidade dos analistas de direita, incluindo Rebelo do Sousa, preferem Sócrates. Este propõe reeditar a estratégia de Guterres, que levou ao que todos conhecem, deixando-se aprisionar por situações como a do queijo limiano. Foi um erro estratégico que não se pode repetir.

É aos militantes e ao Congresso do PS que cabe decidir. Mas os partidos hoje não podem ser "caixas negras", cujas decisões escapam ao escrutínio da opinião pública. Estou convencida de que o próximo Congresso vai marcar o início de uma nova era no PS. Não mais será possível o funcionamento unânime e a sistemática votação em lista única, contrária à tradição democrática e plural do partido.

É por todas estas razões e porque sem um partido forte não é possível construir a base social de apoio às mudanças de que o país precisa que a campanha de Manuel Alegre está a gerar um verdadeiro movimento. Alegre é para muita gente, mesmo fora do PS, uma referência e um símbolo de combate pela liberdade e por Portugal. O pedido mais insistente que lhe fazem por todo o país é que este combate, partilhado pela equipa que o apoia e por tantos militantes e simpatizantes anónimos, não termine no Congresso. As causas e propostas de Alegre vieram para ficar. A alegria e entusiasmo que estão a gerar são factos políticos "carregados de futuro". É assim que nascem os movimentos de transformação. É isso que está a acontecer dentro do PS. Uma esquerda renovada está a surgir dentro do maior partido da oposição. Dela vai depender o futuro do partido e o futuro de Portugal no novo ciclo que agora se inicia.

(in O Independente)

## DEBATE NA FEDERAÇÃO DISTRITAL DO PORTO, 18 DE SETEMBRO

### MANUEL ALEGRE REAGE A ACUSAÇÃO DESLEAL E INFUNDADA DE SÓCRATES

O debate entre os três candidatos a secretário-geral do PS na Federação Distrital do Porto decorreu com normalidade até ao último minuto, quando os ânimos se alteraram na sequência de uma crítica de José Sócrates a Manuel Alegre.

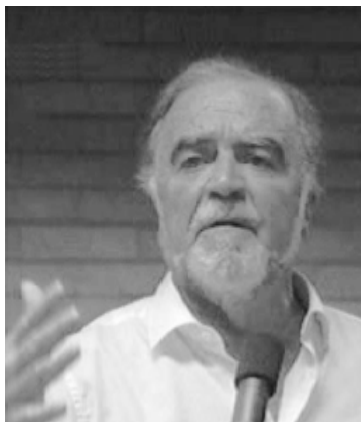
Sócrates era o último a falar nos três minutos finais de que cada candidato dispunha no final do debate de hoje, a que assistiram cerca de 800 militantes, que até então tinha decorrido com normalidade.

O antigo ministro do Ambiente do governo de António Guterres aproveitou os últimos minutos para criticar directamente Manuel Alegre, qualificando de "populista" a posição que então assumiu quando da votação na AR do dossier da co-incineração.

Na altura, Manuel Alegre e os deputados socialistas eleitos por Coimbra opuseram-se à localização da central de co-incineração de resíduos tóxicos em Souselas, naquele distrito.

Manuel Alegre não gostou da qualificação e pediu um minuto em defesa da honra, tendo a mesa presidida pelo presidente da "distrital" do Porto, Francisco Assis, concedido três minutos extra a cada candidato.

Manuel Alegre considerou a qualificação de "populista" como "uma ofensa" e um "ataque pessoal" e defendeu com o vigor que lhe é característico a posição então tomada, que justificou



como sendo "o cumprimento de um compromisso de honra assumido com o eleitorado do distrito de Coimbra na campanha eleitoral".

Na sua intervenção, Sócrates afirmou que não se tratava de uma ofensa, mas sim de "uma crítica política", lembrando que Manuel Alegre e os deputados que o seguiram "votaram juntamente com a direita e contra a posição do PS e do governo socialista".

## COMUNICADO

### A VERDADE DOS FACTOS

No debate entre os três candidatos a Secretário-Geral do Partido Socialista ocorrido em 18 de Setembro no Porto, promovido pela Federação Distrital, José Sócrates voltou a aproveitar a sua intervenção final para acusar Manuel Alegre de populismo e de ter votado ao lado da direita, na questão da co-incineração em Souselas.

A acusação foi desleal e é infundada. Foi desleal porque surgiu na última intervenção de Sócrates, a quem cabia encerrar o debate, porventura julgando que Manuel Alegre já não poderia responder-lhe. No entanto, o moderador, Francisco Assis, entendeu por bem permitir a Manuel Alegre defender-se com a verdade. E a verdade prova que a acusação de Sócrates omite ou distorce os factos.

Durante a campanha legislativa de 1999, quando a tutela do Ambiente era de Elisa Ferreira, actual apoiante de Manuel Alegre, a Federação Distrital do PS de Coimbra assumiu perante o distrito o compromisso de se opor à co-incineração em Souselas, através de comunicado e carta aos eleitores. Este compromisso foi confirmado publicamente por Manuel Alegre no início de encerramento da campanha, perante António Guterres e milhares de participantes. Quando a questão se colocou no Parlamento, o Grupo Parlamentar do PS decidiu conceder liberdade de voto

aos cinco deputados por Coimbra, a fim de não os forçar a quebrar a palavra dada.

Manuel Alegre e os deputados de Coimbra honraram o seu compromisso eleitoral. Confundir honradez com populismo é inaceitável. E é-o tanto mais quanto os socialistas de Coimbra que agora apoiam José Sócrates estiveram então solidários com a posição da Federação do PS. São eles que, ao mudar de opinião, estão a quebrar o compromisso de 1999.

Também não é verdade que Manuel Alegre tenha votado ao lado da direita. A co-incineração foi recusada pela Assembleia da República por uma maioria em que estiveram todos os partidos menos o PS. Ou seja, com os cinco deputados de Coimbra votaram também o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda e "Os Verdes".

A candidatura de Manuel Alegre entende que o debate e a clarificação de posições são da maior importância para renovar e reforçar o Partido Socialista e para construir uma alternativa à maioria da direita. Mas não deixaremos passar em claro acusações ofensivas e infundadas.

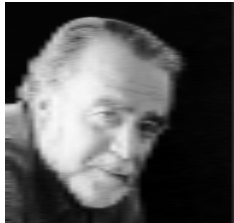
Lisboa, 19 de Setembro  
O director de Campanha  
**Oswaldo Castro**

24 E 25 VOTA MANUEL ALEGRE

VOTA A







MAIS IGUALDADE  
MELHOR DEMOCRACIA  
MANUEL ALEGRE



MANUEL ALEGRE EM VIDEOCONFERÊNCIA SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

# SEM MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DAS PME'S PORTUGAL NÃO SAIRÁ DA CRISE

*Manuel Alegre defendeu uma nova agenda de políticas públicas favorável às pequenas e médias empresas e elogiou a acção dos governos liderados por António Guterres nas áreas da ciência e tecnologia. Manuel Alegre falou numa videoconferência em Lisboa organizada pelo docente universitário Trigo de Abreu e pelos dirigentes socialistas João Cravinho e José Magalhães. «As mudanças que defendemos são essenciais para o desenvolvimento de uma cultura de inovação e de risco», disse Manuel Alegre.*

*A videoconferência contou com a participação do vice-ministro da Ciência do Brasil, Luis Manuel Fernandes (que intervinha a partir de Coimbra), e de vários docentes universitários que falaram a partir do Porto, Aveiro, Braga, Évora e Faro. Entre os convidados contavam-se os ex-ministros Júlio Pedrosa (Aveiro) e Correia de Campos (Lisboa), o ex-secretário de Estado José Reis (Coimbra) e os professores universitários Manuela Neto (Faro), Graça Guedes (Braga), António Amorim (Porto) e Jorge Araújo (Évora).*  
(in Diário de Notícias, 17 de Setembro)



substituir os cidadãos pela burocracia, nem as empresas pelo Estado. Mas podem e devem contribuir para melhorar a educação e a formação dos cidadãos e para aumentar as capacidades das nossas empresas e instituições científicas para gerar, absorver e difundir a inovação.

3. Estas mudanças não têm apenas objectivos económicos e de competição internacional. Elas são essenciais para o desenvolvimento de uma nova cultura de inovação e de risco. E de uma nova cidadania, mais informada, mais responsável e mais activa na nossa vida comum.

É por isso que as políticas do conhecimento, nomeadamente as políticas de educação e formação, do desenvolvimento científico e da inovação constituem um domínio fundamental. Só assim se pode assegurar uma nova estratégia que permita aumentar a competitividade do país nas novas condições dos mercados globais, em consonância com a "estratégia de Lisboa".

4. O atraso do país, nestes domínios, é bem conhecido. Houve significativos progressos de há trinta anos para cá e houve um crescimento sustentado dos orçamentos de ciência e tecnologia durante o período 1996 – 2001.

No entanto, ainda há dias os jornais reproduzem alguns dados de um estudo recente da OCDE que apontam de novo para a situação preocupante do sector da educação. Portugal está nos últimos lugares no conjunto dos países europeus no que se refere ao abandono escolar ou à percentagem de licenciados, com os orçamentos globais da educação em linha com a despesa média dos nossos parceiros europeus, mas com indicadores que podem apontar para um sub financiamento crónico do ensino superior.

5. No que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico os cinco anos dos últimos Governos Socialistas representaram um salto muito significa-

tivo na construção de um sistema científico moderno, transparente, competitivo, internacionalizado e aberto às empresas. Mas nos dois anos da política de direita estabeleceu-se a maior confusão no domínio da educação, com a demonstração de uma enorme incapacidade para implementar, em tempo útil e no respeito dos direitos e qualificações dos professores, um sistema nacional de colocação de professores. No domínio da ciência e tecnologia, verifica-se o desaparecimento da política de ciência, esmagada pelos problemas recorrentes do ensino superior; diminuem vertiginosamente os orçamentos de ciência e tecnologia; perde-se a transparência do sistema de financiamento, com a introdução de um sistema críptico de penalizações e majorações; acumulam-se milhões de contos de dívidas às instituições internacionais de que Portugal é membro; estrangula-se o programa Ciência Viva por vendetta política; aumenta a instabilidade do emprego de jovens

É preciso atrair a excelência onde quer que ela se encontre, criando as oportunidades de penetração nos mercados tecnológicos das grandes instituições internacionais e assegurando pela cooperação internacional as oportunidades científicas que a dimensão do país não favorece.

Importa ainda assegurar uma **convergência efectiva dos valores dos financiamentos públicos** nestas áreas para os valores correntes nos sistemas científicos europeus, num prazo de três legislaturas ou doze anos.

Importa finalmente estabilizar os financiamentos para o sistema científico e tecnológico através da sua inscrição em **lei reforçada da AR, aproximando o investimento público e privado dos 2% do PIB** de forma a permitir uma participação efectiva de Portugal na Estratégia de Lisboa.

7. O nosso tecido empresarial é constituído por um

**A inovação não é só tecnologia. São também novos métodos de gestão, organização empresarial, criação de ambientes de trabalho propícios à criatividade**

cientistas, campeiam a demagogia e as dívidas. As políticas de inovação, de desenvolvimento tecnológico e de apoio às empresas inovadoras são disputadas entre Ministérios, imperando a rivalidade em vez da necessária concertação entre a política de inovação, a política industrial e a política económica. Desaparecem os incentivos fiscais para as empresas efectivamente inovadoras, as compras dos organismos internacionais às empresas portuguesas correm o risco de diminuir, apregoam-se vitórias retumbantes no futuro para esconder a indigência do presente.

6. Por tudo isto **é urgente uma nova agenda das políticas públicas** nestes domínios, assente num diálogo continuado entre agentes políticos, a comunidade científica e as empresas inovadoras. Para esta nova agenda importa ter em conta a necessária **continuidade das políticas públicas**, evitando as oscilações tradicionais dos orçamentos ao sabor das flutuações da economia, quando não dos caprichos da ideologia. A continuidade é uma condição da eficácia, mas também releva da dimensão do desafio: os níveis médios da despesa em ciência e tecnologia na Europa não serão atingidos sem um esforço persistente e prolongado da nossa parte. Importa também reforçar, a todo o custo, o papel da **internacionalização no desenvolvimento científico**.



número muito reduzido de grandes grupos económicos e de empresas internacionalizadas; e por um número muito grande de pequenas e médias empresas que é preciso transformar segundo critérios de inovação e competitividade. E quando falo em inovação não falo só em tecnologia. Falo em novos métodos de gestão, falo em organização empresarial, falo em criação de ambientes de trabalho propícios à criatividade das pessoas.

O que tem acontecido em Portugal é que as políticas públicas para a inovação têm deixado de fora todo o vasto mundo das PME's. Sem uma aposta decisiva na modernização e inovação destas empresas não conseguiremos tirar Portugal da crise em que se encontra.

8. São estes os nossos compromissos. Sem esta nova agenda, não será possível fazer de Portugal um país mais próspero. E sem um país mais próspero não será possível um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

## Intervenção de Manuel Alegre

1. Acredito na palavra e na relação mágica da palavra com o mundo. Creio até que um verso errado pode alterar o equilíbrio cósmico. Por isso, pode parecer estranho que eu venha aqui falar num fórum de Ciência e Tecnologia, já que sou um homem da escrita e não da ciência. Mas só a poesia e a física quântica, como lembrou um poeta, são capazes de indagar e decifrar a relação do mistério com o mistério.

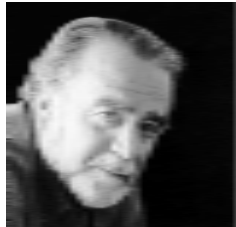
2. "Mudar o que faz mudar" é uma expressão chave da Moção de que sou primeiro subscritor. É um lugar comum afirmar que o modelo de crescimento económico de salários baixos e fraca produtividade se esgotou. Impõem-se novas políticas que possam tirar o país da crise financeira actual. Mas, sobretudo, é preciso dar à sociedade e à economia portuguesa novas armas para afrontar os desafios da competição internacional. É por isso que a mudança é urgente.

Muitas das chaves da mudança residem nos cidadãos e nas empresas. Nas qualificações e nas competências que os portugueses possuem e nas capacidades de inovar e competir das empresas nacionais. As políticas públicas não podem

24 E 25 VOTA MANUEL ALEGRE

VOTA A





# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



## ENTREVISTA A MANUEL ALEGRE

### 1. É a favor ou contra a liberalização da Interrupção Voluntária da Gravidez?

Liberalização e descriminalização são coisas diferentes. Aquilo que defendo é a descriminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, por vontade da mulher, até às doze semanas, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e sem prejuízo do respeito pela liberdade individual. Esta foi e é a minha posição. Esta deve ser, sem ambiguidades, a posição do Partido Socialista. E também entendo que não há necessidade de novo referendo. A Assembleia da República tem plena legitimidade para legislar sobre esta matéria. E os partidos têm a obrigação de dizer claramente, antes das eleições, o que propõem.

### 2. Concorda com a liberalização de drogas leves?

Também aqui há diferença entre liberalização e descriminalização. O consumo de droga já foi descriminalizado na lei portuguesa, mas não está liberalizado. Sobre a liberalização de drogas leves há um debate em curso na sociedade portuguesa. A toxicodpendência é uma doença, o tráfico é um crime. A JS já se pronunciou favoravelmente a uma mudança da lei da droga no sentido de separar muito claramente o consumo do tráfico. É uma questão urgente. Os toxicodpendentes representam mais de metade da nossa população prisional e só a montante das prisões encontrarão possibilidade de recuperação e inclusão social. A separação clara entre consumo e tráfico, bem como a liberalização de drogas leves, podem ser formas de combater o tráfico com mais eficácia que a repressão actual. Mas também têm que ser analisadas as repercussões do consumo de drogas leves na saúde. Pessoalmente entendo que

esta questão deve ser debatida com conhecimento da matéria, sem preconceitos nem tabus.

### 3. E com a distribuição de seringas nas prisões?

A minha resposta decorre da resposta anterior. As cadeias portuguesas estão superlotadas e não há políticas eficazes de tratamento e apoio aos toxicodpendentes presos. Não posso aceitar que se impeça a distribuição de seringas nas cadeias com argumentos moralistas ou economicistas. Os toxicodpendentes presos são uma população de alto risco em termos de doenças transmissíveis como a sida. Vedar-lhes o acesso ao mínimo de protecção e a cuidados de saúde é inadmissível.

### 4. Os hospitais SA são uma experiência a continuar?

O Serviço Nacional de Saúde é um património do PS de que nos orgulhamos. A gestão empresarial dos hospitais é necessária para um Serviço Nacional da Saúde mais eficaz, mas não pode ser um pretexto para a sua descaracterização. A profissionalização da gestão dos estabelecimentos públicos de saúde tem de ser um instrumento ao serviço da melhoria dos indicadores de saúde das pessoas. Não pode ser um objectivo em si. A gestão deve estar ao serviço das pessoas, não as pessoas ao serviço da gestão. Os hospitais S.A. não servem este objectivo. Visam lucros financeiros e não ganhos em saúde.

### 5. O Código laboral deve "voltar atrás"?

Para trás já ele andou, e muito, com as alterações impostas pela maioria da direita. O actual Código de Trabalho reinstala a filosofia do trabalho individual

versus entidade patronal. Quando se determina que o contrato individual de trabalho faz cessar o Contrato Colectivo em vigor isto significa que a curto prazo se coloca o trabalhador só com os seus direitos mínimos. Tudo o que tenha sido adquirido por força de negociação colectiva fica sem efeito. Mais de 70 por cento dos trabalhadores portugueses serão atingidos por esta reviravolta legal, ficando reduzidos aos seus

### Não há necessidade de referendo para descriminalizar a IVG

direitos mínimos. Além disso, esvazia-se a acção dos sindicatos da principal forma de intervenção, que é a regulação pacífica das relações de trabalho. Se se retira essa arma aos sindicatos, e se se agrava a crise no mercado de trabalho, é previsível que os sindicatos se vejam forçados a recorrer a formas de luta muito mais conflituais. Finalmente, o Código de Trabalho da direita, ao admitir que a questão do tratamento mais favorável tem de ser apreciada na globalidade e não cláusula a cláusula, subverte o próprio conceito de tratamento mais favorável para o trabalhador. Não aceito este desequilíbrio sistemático das leis laborais em desfavor dos trabalhadores. Foi essa uma das razões que motivou a minha candidatura a Secretário-Geral do PS. E é por isso que entendo que é necessário rever o Código Laboral.

### 6. E a reforma da Segurança Social?

A solidariedade, a segurança social e a saúde fazem parte dos sectores em que mais se faz sentir a deriva conservadora e populista da direita portuguesa. Bagão Félix e os governos de Durão Barroso e Santana Lopes protagonizaram uma verdadeira contra-reforma global contra o legado social dos governos socialistas e contra os direitos sociais. Vamos ter de repor princípios fundamentais e vamos ter de abrir novos caminhos. Vai ser preciso rever imediatamente a Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social, para recolocar a protecção social de cidadania nos deveres do Estado e para impedir o uso perverso do "plafonamento" das contribuições para a segurança social como forma de desqualificar o sistema público. Será também preciso reconstruir o que a direita deturpou ou asfixiou, como o rendimento social de inserção ou as protecções na doença e desemprego. As eventuais práticas fraudulentas não podem servir de pretexto para reduzir direitos sociais. Para mim, os direitos sociais são inseparáveis dos direitos políticos. O que está em causa é defender o modelo social europeu e impedir o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde. É preciso construir uma alternativa de esquerda às políticas neoliberais que nos têm desgovernado.

### 7. Concorda com o actual enquadramento legal do segredo de Justiça ou pensa que deveria ser alterado?

A minha moção defende a alteração do Código do Processo Penal, incluindo a reforma do regime do segredo de justiça, o encurtamento das prisões preventivas e o desenvolvimento de mecanismos de consenso para a pequena criminalidade.

(*In Correio da Manhã*)

## MANUEL ALEGRE EM ÁGUEDA E AVEIRO

# ORGULHOSO DA SUA LINHAGEM DE RESISTÊNCIA E LIBERDADE, CONTRA O BLOCO CENTRAL DOS INTERESSES

Na sua campanha para secretário-geral do Partido Socialista, Manuel Alegre foi no passado dia 13 à sua terra natal, Águeda, onde aprendeu a falar e a escrever e recebeu a "ética republicana", para dizer aos militantes que não quer o Partido Socialista no neorotativismo do bloco central dos interesses. Orgulhoso da sua "linhagem de resistência e liberdade", Manuel Alegre defendeu que é preciso colocar em causa os "interesses instalados dentro e fora do Partido Socialista."

Já em Aveiro, onde foi recebido por cerca de duas centenas de militantes, Manuel Alegre voltou a defender a discussão de ideias preconizando que o PS deve incorporar na cultura de poder uma consciência crítica, só possível com a autonomia política do partido, mesmo quando este for Governo. "Fiquei muito aliviado quando vi que o Major Valentim Loureiro apoiava outra candidatura. Mas mais aliviado fiquei quando ontem o Professor Marcelo Rebelo de Sousa disse que se pudesse votar votaria no candidato José Sócrates. Isso significa que é muito claro quem é que a direita quer e quem



é que a direita não quer" afirmou Manuel Alegre no início da sessão.

Sobre os chavões da outra candidatura que o acusam de ser da "esquerda do contra", Manuel Alegre respondeu que "não há oposição sem valores do

contra", e exemplificou: "do contra sim, na tentativa de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, na alteração das taxas moderadoras, no novo Código Laboral e na Lei de Bases da Segurança Social, porque a direita tomou conta do poder e não basta ao

PS ser alternância, tem de ser alternativa".

Sobre a estratégia do partido, Manuel Alegre esclareceu: "Sou por uma maioria absoluta, mas se ela não surgir o PS deve negociar à esquerda, porque a estabilidade não é um privilégio da direita. O PS deve federar os movimentos sociais e a esquerda em Portugal".

Ao nível interno, o candidato acusou a "outra candidatura" de ter "um discurso conformista do partido", enquanto a sua pretende combater a "lógica aparelhística". Para isso propõe o voto secreto dos militantes na escolha dos candidatos autárquicos e ao Parlamento, a declaração de interesses dos candidatos a cargos executivos no partido, a limitação de mandatos e uma reflexão sobre a acumulação de cargos.

Sobre a acusação de que as suas críticas enfraquecem o partido, Manuel Alegre rebateu que "não são as minhas críticas que diminuem o PS, mas casos como Matosinhos e Felgueiras" e deixou o aviso que vai "impugnar situações que levarem dúvidas ou suspeitas".

24 E 25 VOTA MANUEL ALEGRE

VOTA A





# MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA MANUEL ALEGRE



## MANUEL ALEGRE LANÇA CD

# MUITAS FIGURAS DA ESQUERDA E DA MÚSICA

Muitas figuras da esquerda e da música estiveram presentes, segunda-feira, no lançamento do CD, produzido para angariar fundos para a campanha. O CD com poemas de Manuel Alegre cantados por alguns dos nomes mais significativos da música portuguesa foi lançado na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa. O lançamento foi acompanhado por um espectáculo ao vivo em que participaram Vitorino, Janita Salomé, António Vitorino de Almeida, José Manuel Mendes, Cristina Branco, Francisco Fanhais, Manuel Freire e Mísia, além dos músicos Ricardo Dias e Manuel Faria. O CD é uma edição de autor e pode ser adquirido junto da candidatura de Manuel Alegre.



## MANUEL ALEGRE RECEBIDO PELA DIRECÇÃO DA FENPROF

# CAOS NA COLOCAÇÃO DE PROFESSORES É RESPONSABILIDADE DO GOVERNO

O novo sistema de colocação de professores foi proposto pelo anterior Ministro da Educação (David Justino, governo Durão Barroso). Não foi previamente testado. A aplicação informática tinha erros gravíssimos. Manuel Alegre afirmou, à saída de audiência com a Fenprof, no passado dia 15, que a mudança de governo não faz cair a responsabilidade política e técnica pelos erros cometidos e pelas suas consequências no caos instalado.

Para além da incompetência técnica e política, o injustificado e injustificável atraso na colocação de professores significa instabilidade de emprego e profissional para os professores, não apenas para os contratados, mas também para todos os efectivos que pediram destacamento.

Este contexto não é favorável ao salto qualitativo que o sistema educativo em Portugal tem de dar. Temos altíssimas taxas de insucesso escolar e abandono precoce e qualificações mais baixas que todos os países europeus. Sem mudar este estado de coisas, Portugal não conseguirá romper o cerco da competitividade.

A abertura anormal do ano lectivo tem também reflexos ao nível da igualdade entre os alunos. Os alunos que só tiverem professor a meio de Outubro ficarão lesados na sua aprendizagem e em situação de desigualdade perante os outros. E as famílias têm de enfrentar todas as inconveniências de uma abertura escolar irregular e anormal.

### Produtividade versus salários

O governo anunciou que só aumentaria salários desde que aumentasse a produtividade. É inaceitável. Não é dos trabalhadores que depende o aumento da produtividade. O que faz aumentar a produtividade é:

- O investimento, substituindo equipamento antigo e obsoleto por máquinas e processo modernos
- Alterar os processos de funcionamento, na indústria e nos serviços, de modo a obter mais e melhor com menos quantidade de mão-de-obra
- Aumentar o valor incorporado dos produtos e serviços que se vendem, o que supõe um forte empenhamento comercial
- Promover a formação permanente e o empenhamento de todos (operários, quadros e dirigentes) em todas as iniciativas

A principal causa da variação da produtividade não cabe aos trabalhadores, mas sim aos empresários. É errado transmitir a ideia oposta. Uma ligação directa dos salários à produtividade significa alinhar com o "esquema" da direita conservadora, pois significa que são os trabalhadores os responsáveis pela melhoria da produtividade. Não é aceitável para negociações a nível nacional.

A produtividade pode ser usada como complemento salarial, a nível da empresa, e quando muito a nível sectorial.

O que faz sentido a nível nacional é a correcção do poder de compra perdido, acrescido do aumento da riqueza global produzida (PIB).

## MANUEL ALEGRE NUM JANTAR DE APOIANTES EM TOMAR

# TAXAS MODERADORAS DIFERENCIADAS SÃO UMA MEDIDA REACCIONÁRIA

As taxas moderadoras diferenciadas que o Governo pretende introduzir no Serviço Nacional de Saúde são "uma das medidas mais reaccionárias depois do 25 de Abril", acusou Manuel Alegre no passado Domingo, durante um jantar de apoiantes em Tomar.

Ao recordar os 25 anos do SNS, o candidato a Secretário Geral do Partido Socialista classificou esta intenção como "um novo golpe e uma machadada" neste serviço público porque "é contra o princípio da universalidade consagrado na constituição, uma dupla tributação a quem já paga contribuições e um incentivo à fraude e evasão fiscal".

No único jantar da sua campanha, "que não teve camionetas a arrebancar gente pelas aldeias e onde todos pagaram o jantar", como fez questão de frisar, Manuel Alegre defendeu ainda que o debate sobre as propostas para o partido "não o estão a diminuir, mas a fortalece-lo e a abri-lo à sociedade".

Lembrando que a sua candidatura surgiu para "mudar um partido amorfo, adormecido e carreirista", Manuel Alegre disse não aceitar que "a democracia portuguesa degenera entre dois partidos em neorrotativismo e no bloco central dos interesses que atravessam toda a vida política dentro e fora do partido".

Defendendo que "só mudando o partido podemos mudar esta situação em Portugal", Manuel Alegre deixou um apelo à mobilização, ao pagamento das quotas e ao voto – "porque o futuro está nas vossas mãos e ninguém é dono de ninguém".

24 E 25 VOTA MANUEL ALEGRE

VOTA A





# “UMA ESQUERDA COM RAÍZES E COM FUTURO” ESCREVE AOS CANDIDATOS PROPONDO MOÇÃO DE UNIDADE

Caros Camaradas Manuel Alegre, João Soares, José Sócrates:

1. Está quase a acabar esta campanha para o congresso e para a eleição do novo secretário-geral dos socialistas. No momento em que vos escrevo, como primeiro subscritor da moção global “Uma Esquerda com Raízes e com Futuro”, os dados estão em grande parte lançados. Mas os camaradas que subscrevem esta moção querem dirigir-vos um apelo. **Em nome da mobilização necessária para derrotar este governo (condicionado por interesses poderosos e pelos preconceitos ideológicos da direita) e para dar ao PS as novas vitórias de que o país precisa, gostaríamos que por momentos acompanhassem a reflexão que vos propomos.**

2. A moção que subscrevemos, enquanto tal, não apoia nem apoiará até ao fim nenhum dos candidatos a secretário-geral. Tal como sempre dissemos com clareza e reafirmamos: isso não significa menor apreço pelos candidatos. **Significa que vos respeitamos a todos, que nos sentimos devedores pelo serviço que prestam ao Partido proporcionando aos militantes um debate plural e a possibilidade de escolher.** Mas nós escolhemos outra forma de contribuir para o debate político. Porque não andamos apenas a discutir pessoas, mas também ideias, políticas, orientações estratégicas. Por isso apresentámos ao congresso dos socialistas a moção “Uma Esquerda com Raízes e com Futuro”. E no mesmo espírito de contribuir pela positiva que vos dirigimos esta missiva.

3. Nós somos daqueles que avaliam de forma globalmente positiva o debate que este processo proporcionou entre socialistas. Contrariamente ao que alguns pensavam, é positivo para o Partido que os portugueses compreendam que nós não somos um exército de almas caladas, mas sim um conjunto de cidadãos livres e participantes. O Partido reforça-se na pluralidade e não no unanimismo, na tolerância e não nas lógicas de exclusão próprias dos grupos fechados, na participação e não no seguidismo. **O PS já deu uma lição política ao país: não há nenhum partido político português cujo funcionamento seja tão democrático como o do PS.**

4. Contudo, não deixa também de ser verdade que houve alguns aspectos menos positivos neste processo. Em certos momentos surgiu uma agressividade injustificada num debate político entre camaradas. Alguns, desajustadamente, tomaram-se por ofendidos com críticas estritamente políticas. Pareceu, por vezes, haver um esforço para acentuar as diferenças como meio de ganhar espaço no debate, em vez de se trabalhar para aumentar a margem de acordo entre socialistas. Foi também negativa a excessiva personalização das opções em presença e o estreitamento do debate provocado por esse factor. Por exemplo, a nossa moção foi largamente marginalizada neste processo, tendo a própria COC participado dessa lógica de desvalorização das moções face aos candidatos.

5. Por outro lado, **o debate entre socialistas podia ser mais frutuoso (e mais útil à preparação das duras batalhas que se avizinham) se os candidatos não insistissem em praticamente ignorar algumas questões politicamente cruciais.** O PS tem a responsabilidade dos que não querem distinguir-se apenas por estar sempre contra. Os socialistas

não temem a cultura de governo. Sendo um partido moderado, o PS assume a vocação de suscitar e consolidar consensos firmes e continuados em torno de grandes desígnios nacionais, que não podem ser prosseguidos com políticas que mudam com cada troca de ministros. Sendo um partido de esquerda, o PS tem a responsabilidade de oferecer aos portugueses uma alternativa, políticas diferentes orientadas por valores diferentes, não se contentando com a mera rotatividade. Isso aconselharia que este debate entre socialistas não ignorasse questões políticas centrais, o que infelizmente tem estado a acontecer. Damos apenas dois exemplos.

6. Parte significativa da “governação de Portugal” é “governação europeia”. **A questão da nossa participação na UE é central, não apenas para o futuro do país, mas também para as lutas políticas concretas que se avizinham. Por um lado, tendo o PS sido desde sempre um partido europeísta, o eurocepticismo dos outros partidos de esquerda é um dos escolhos mais duros com que teremos de contar num debate de governação à esquerda.** É que o PCP e o BE não dão sinais de compreenderem como seria importante uma convergência estratégica clara a favor do empenhamento europeu de Portugal, com o objectivo de fazer valer na UE as orientações políticas que importam à modernização solidária do nosso país. **Por outro lado, o que em tempos foi o “consenso europeu” entre o PS e o PSD está claramente em crise,** uma vez que é hoje claro que as diferenças políticas entre as famílias políticas europeias vão a par com diferenças políticas de grande relevância ao nível nacional. A deriva neoliberal passa hoje, em grande parte, pelas opções políticas que se fazem nas instituições europeias – e isso só vai piorar com a presidência de Durão Barroso. Por isso deveria ser hoje claro que **está na altura de o projecto europeu do PS deixar de se confundir com o projecto europeu do PSD** – não apenas em Bruxelas ou em Estrasburgo, mas também em Portugal. Por estas razões, a questão europeia é uma frente de combate político essencial quer à direita quer à esquerda. Além do mais aproximam-se (mais uma vez) momentos de grandes decisões para o futuro da UE. Por exemplo, que posição tomaremos quanto à estratégia de Portugal nas negociações das perspectivas financeiras da UE para o período 2007-2013, dossier que está já na agenda europeia? Ou sobre a eminente decisão de aceitar ou não a Turquia como país na senda imparável da adesão? Nestas condições seria natural que na campanha para este congresso as questões europeias tivessem sido largamente debatidas. Contudo, esse tópico foi sistematicamente subtraído a este debate – e cabe a todos os candidatos uma parte de responsabilidade por esse facto. Cabe perguntar: **se aceitarmos que a ideia do “Estado estratega” pode mobilizar uma nova reflexão sobre os poderes públicos, como é que aplicamos essa ideia à governação europeia? Ou alguém pensará que pode haver “Estado estratega” cá dentro se não houver a mesma visão nas instâncias comunitárias?**

7. Outro exemplo de uma questão política crucial que foi deixada praticamente de fora desta campanha para o congresso é a imigração. **A imigração é, a um tempo, um ponto crucial para o futuro do nosso país e um tema essencial de luta política.** O acentuado envelhecimento demográfico da Europa e de

Portugal, bem como as suas consequências na sustentabilidade do nosso modelo social, dão uma importância decisiva ao tema da imigração. Segundo estudos recentes, estima-se que, se quisermos manter em 2021 a relação estatística entre pessoas em idade activa e pessoas idosas que se verificava entre nós em 2001, Portugal terá de acolher 188.000 imigrantes por ano em todo esse período. A imigração não resolverá todos os nossos problemas, mas **a imigração é a única variável demográfica que pode reagir rapidamente a políticas públicas apropriadas. Por isso, o tema da imigração é ponto obrigatório na agenda de qualquer dirigente político responsável.** desde já e nas próximas décadas. Além disso, a forma irresponsável como a questão da imigração tem sido tratada exige dos socialistas a disposição e a capacidade para um combate político duro. Este é um ponto onde se exercitam as tendências populistas da direita, acirrando a xenofobia e o racismo com base na ignorância, na desinformação e no fechar de olhos à imigração clandestina e sem direitos que continua a aumentar. **Os imigrantes são, no mundo de hoje, dos grupos mais desfavorecidos e mais explorados. E nós, socialistas, poderemos permitir-nos estar distraídos nessa matéria?** Seria uma grave falta. Mas essa falta parece que foi cometida até ao momento nesta campanha de congresso, porque nada de relevante tem sido dito pelos candidatos sobre as questões que são chave nessa matéria. **Este problema, central para o futuro do país e central para a luta política dos próximos tempos, devia ter merecido outra atenção** e outro destaque. Se a ideia de uma esquerda moderna não é apenas uma frase de campanha, **qual é – nesta questão concreta da imigração – a diferença entre a esquerda moderna e a direita moderna?** Estamos certos de que concordamos que “ser moderno” não basta. Não seria útil esclarecer esse ponto, ou andarão aí os socialistas distraídos?

8. Como temos vindo a dizer, um dos aspectos que nos preocupam nesta campanha é a ausência de certos temas que deveriam ter sido trazidos a lume com mais clareza. Mas também nos preocupa que tenha sido dominante uma certa preferência pela divergência, em favor da convergência. Não se pede, nem se pode pedir, que as diferenças sejam ocultadas, disfarçadas ou ignoradas. Isso é como fazer outros partidos com uma vida interna mais bloqueada. Mas há dois tópicos de debate. Um debate divergente é um debate em que as partes, quanto mais argumentam, mais discordam. Num certo sentido, um debate divergente é um debate que corre mal. Pelo contrário, um debate convergente é um debate que corre bem, que aproxima as partes, em que vêm ao de cima os pontos de acordo e os pontos de desacordo vão sendo limados e resolvidos. **Gostaríamos que esta campanha entre socialistas tivesse até aqui seguido mais o modelo do debate convergente.** Por exemplo, a proposta de “plano tecnológico” apresentada pelo camarada José Sócrates: há críticas justas à forma como é apresentada. Mas não seria preferível valorizar a ideia, melhorá-la e tomá-la uma bandeira de todos – em vez de tentarmos destruir as bandeiras que os outros socialistas levantam? Outro exemplo é a proposta do camarada Manuel Alegre para levar a sério a questão da igualdade de género e, para darmos o exemplo, tomarmos medidas concretas para realizar a paridade entre homens e mulheres em certos níveis de decisão política. Não seria bom para todo o Partido que assumíssemos essa

bandeira como compromisso perante o país – em vez de tentarmos destruir as bandeiras que os outros socialistas levantam? **Se nos empenharmos mais em pegar nas boas bandeiras levantadas pelos outros socialistas, em lugar de as tentar derrubar, este debate entre socialistas ainda pode tornar-se num debate convergente.** E nisso os candidatos a secretário-geral têm uma particular responsabilidade.

9. A seguir à eleição do secretário-geral e às decisões do congresso, é crucial que a unidade seja de novo a nossa força. As duras batalhas eleitorais e sociais que se avizinham em catadupa assim o exigem. Não podemos correr o risco de, depois do congresso, nos distrairmos do país. **Tem de ficar claro que fazemos este congresso a pensar no país.** Todos não seremos demais. Para isso, depois de ter dado ao país uma lição de democracia interna, **o PS tem agora de passar ainda outra mensagem: os socialistas quando debatem é para chegar a conclusões, sabem fazer da pluralidade uma força e não uma fraqueza – porque sabem escolher as bandeiras que os unem, sabem fazer a síntese do seu debate.**

10. Por tudo o que fica dito, Camaradas José Sócrates, João Soares e Manuel Alegre, vos dirigimos este apelo. Depois de os militantes terem escolhido o novo secretário-geral por voto directo e secreto, depois de terem sido eleitos os delegados ao congresso – isto é, depois de estarem lançados os dados que determinam as decisões essenciais – **não esperem pelo congresso nem pelo pós-congresso para começar a pensar no futuro e na unidade dos socialistas.** Propomo-vos que lancem mão de um recurso que não é novo no nosso Partido, apesar de nunca ter sido usado a este nível. **Apresentem ao congresso uma moção de síntese, uma moção de unidade resultante da diversidade e do debate plural.** A moção de síntese podia ser elaborada a partir das moções existentes e tendo em conta os resultados dos escrutínios entretanto efectuados – mas dando o devido lugar à larga convergência política que se pode observar nas vossas moções. Poderiam aproveitar, nessa ocasião, para dar um tratamento mais adequado a certos temas que as moções de partida tratam de forma insuficiente (já demos disso exemplos acima). As estruturas das vossas candidaturas podiam começar desde já esse trabalho, sem prejuízo da continuação das vossas campanhas. Que magnífico exemplo da força da democracia dariam – e daria o PS – ao país se concretizassem essa moção de síntese!

Este é o desafio que vos deixamos. A moção de síntese, elaborada e apresentada ao congresso depois do debate e depois das votações das bases, daria ao nosso Partido uma muito útil plataforma de arranque para as batalhas que se avizinham, tendo por base a unidade sã dos que não viraram a cara ao debate sério e aberto. **Acreditamos que a vossa responsabilidade como candidatos passou, até aqui, por expressar as diferenças – e passa, daqui para a frente, pela capacidade de expressar as convergências.**

Aceitem as nossas mais cordiais saudações socialistas.

Pela moção “Uma Esquerda com Raízes e com Futuro”  
O Primeiro Subscritor

Porfírio Silva

## BIOTECNOLOGIA UM OBJECTIVO ESTRATÉGICO PARA PORTUGAL



**Pedro Costa Queiroz**

A biotecnologia levanta, actualmente, inúmeras questões ao nível político que exigem, acima de tudo, a promoção de um intenso e responsável debate público em torno desta matéria.

O Partido Socialista, na plena assunção do papel que detém hoje na sociedade portuguesa, não se pode demitir da responsabilidade de contribuir para a definição das medidas políticas necessárias à utilização plena do potencial da biotecnologia, salvaguardando sempre que a sua contribuição, para a consolidação de uma economia baseada no conhecimento, esteja em sintonia com os direitos dos consumidores, a protecção do ambiente, os valores fundamentais e os princípios éticos.

O PS deverá contribuir para que, no seio da sociedade, sejam abertas as vias necessárias à promoção de um diálogo partilhado que garanta um desenvolvimento sustentado.

### Uma resposta política para a revolução tecnológica

Os progressos científicos e tecnológicos, no domínio das ciências da vida e da biotecnologia moderna prosseguem a um ritmo vertiginoso. Paralelamente, os possíveis impactos na qualidade de vida e na protecção ambiental têm suscitado um intenso debate público.

No Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000, a União Europeia definiu um novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, com capacidade para um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e uma

maior coesão social. Estes propósitos foram confirmados no Conselho Europeu de Estocolmo de Março 2001 e seguidos de uma exaustiva consulta pública durante o Outono de 2001.

Neste contexto, Portugal enfrenta uma importante opção política: resignar-se a um papel passivo e reactivo, ficando condicionado às implicações que o desenvolvimento promovido por outros países possa trazer, ou então promover uma forte aposta no desenvolvimento de políticas pró-activas que lhe permitam estar dentro dos mais elevados padrões europeus.

A actual revolução tecnológica, com base nos conhecimentos da biotecnologia, atingiu uma fase de crescimento exponencial, possibilitando um vasto potencial para a evolução da economia rumo a um desenvolvimento mais sustentável e a uma melhor qualidade de vida.

Por conseguinte, o Partido Socialista deve lançar um conjunto de linhas orientadoras de um debate que se considera urgente promover:

### Inovação e Competitividade

No século XXI a biotecnologia poderá vir a atingir uma importância, do ponto de vista económico, ainda maior que a atingida pelas tecnologias de informação. Portugal deverá aparecer na linha da frente da exploração das novas tecnologias que constituem o núcleo de uma economia baseada no conhecimento, dando prioridade aos seguintes temas:

- Estabelecimento de um programa de apoio à criação e desenvolvimento de projectos empresariais inovadores na área da biotecnologia.
- Criação de políticas, concretas e racionais, de atribuição de fundos públicos a projectos de investigação e desenvolvimento que cubram as necessidades do país.
- Definição de uma estratégia clara de envolvimento contínuo das instituições públicas de investigação no desenvolvimento

de invenções próprias.

- Estabelecer uma estratégia de formação e de melhoria e actualização de qualificações que promova a adequação os recursos humanos a uma nova realidade, académica e empresarial, no domínio das ciências da vida.
- Criação de redes entre as comunidades biotecnológicas da Europa para facilitar um acesso aberto e o estabelecimento de conhecimentos comuns.
- Participação activa no lançamento de um debate europeu sobre a influência de um sistema europeu de patentes no funcionamento das empresas.
- Criação de sistemas regulamentares e fiscais que promovam a inovação e a competitividade.

### Investigação

A investigação levanta questões que, por si só, estimulam o desenvolvimento de novas tecnologias, conduzindo, conseqüentemente, a novas descobertas. Existe actualmente uma indiscutível ligação entre a investigação, a inovação, a competitividade industrial e a geração de riqueza e prosperidade social. Uma **forte aposta na investigação** constituirá uma estratégia fundamental na promoção da biotecnologia e no reforço da competitividade do país.

Esta aposta deverá ser conduzida por dois vectores fundamentais:

- Adopção de um programa de apoio à investigação, no domínio da biotecnologia, que garanta um financiamento racional, a formação contínua dos recursos humanos, a criação de redes entre centros de excelência, o apoio às infra-estruturas, o estabelecimento de parcerias e o apoio às PME's. Os domínios de actividade que deverão constituir as prioridades de investigação e desenvolvimento são: a genómica e biotecnologia para a saúde, as nanotecnologias, os materiais inteligentes e novos

processos de produção, a segurança alimentar e riscos para a saúde, o desenvolvimento sustentável e alterações globais.

- A promoção de um debate público que permita abordar, de forma aberta, os aspectos éticos e socioeconómicos e melhorar a informação da população sobre questões como a genética humana, a clonagem, os testes genéticos, as terapias genéticas, somáticas e da linha germinal, a investigação em embriões, as células matrizes, os animais transgénicos, as modificações genéticas na agricultura e na produção dos alimentos.

### Implicações éticas e opinião pública

As ciências da vida, ao abordarem questões tão sensíveis como a vida e a morte de seres vivos, colocam questões fundamentais acerca da existência humana e da vida em geral, os mesmos factores que, ao longo da história, construíram o património religioso, ético e moral da humanidade. O Partido Socialista deve ser intransigente na defesa dos valores fundamentais e dos direitos humanos, respeitando diferenças nos valores culturais e éticos e na moral pública. O acelerado progresso científico exige a identificação e a previsão das questões éticas, o aconselhamento orientado em matérias tecnicamente complexas e a disponibilização dos factos relevantes para facilitar a sua análise e o seu debate pela sociedade. Os decisores políticos, como resposta às implicações éticas que a biotecnologia coloca actualmente, têm a obrigação de conciliar as questões que pertencem à **consciência individual** com as questões que exigem **respostas da sociedade**.

Os pontos de vista divergentes e o debate público têm demonstrado a complexidade das questões que as sociedades modernas enfrentam, pelo que, deverá ser dada crescente atenção à opinião pública (a par das opiniões e posições dos agentes e intervenientes profissionais), ao diálogo público e à informação e conhecimento.

## POR UM PORTUGAL MAIS MODERNO E SOLIDÁRIO POR UMA NOVA GERAÇÃO POLÍTICA



**Paulo Manuel Estadão**

Em meados de Julho deste ano, um estudo elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais denunciava que cerca de 60 por cento das pessoas que residem na Área Metropolitana de Lisboa, em particular as que residem nos bairros-dormitórios, manifestaram o desejo de mudar para cidades com menor dimensão populacional e com mais qualidade de vida. A ausência de qualificação urbana, a par de uma rede de transportes públicos incapaz de responder às necessidades de quem diariamente tem de percorrer quilómetros e quilómetros de distância entre o seu local de residência e o lugar onde trabalha, a construção excessiva e desregada nos locais onde habitam, quase sempre desprovidos de um mínimo de equipamentos de lazer e onde os espaços verdes são apenas realidade nas páginas de uma ou duas revistas porventura disponíveis nos quiosques do bairro,

o excesso de ruído e de toda a panóplia de poluentes que os acompanham de dia e de noite, a par com o sentimento de insegurança e a crescente instabilidade e precariedade dos empregos, são apenas alguns dos muitos factores que afectam a vida destes cidadãos, com conseqüências sem retorno no que se refere à ausência de níveis mínimos de dignidade e de auto-estima, sem o que se torna difícil, mesmo impossível, pensar e agir em liberdade e em solidariedade, pensar e agir em democracia.

O **desordenamento do território** constitui, sem margem para dúvidas, um dos principais cancro da nossa sociedade, **um dos factores mais corrosivos do nosso regime democrático e determinante da má qualidade de vida**, que é apanágio não apenas da maioria das pessoas que residem na Área Metropolitana de Lisboa, mas de muitos outros que residem e trabalham nos mais variados lugares espalhados pelo nosso país. É um mal nacional, que a todos afecta, embora naturalmente quem mais sofra sejam os que dispõem de menos recursos.

Decididamente, no **território**, como em muitos outros domínios, **é preciso disciplinar o uso e**

**acabar com o abuso**. Este é sem dúvida um dos grandes desafios que temos de enfrentar desde já. **Não é aceitável que ao longo da próxima legislatura as grandes tendências negativas que experimentamos neste domínio não sejam, pelo menos, invertidas, a par da resolução, no prazo máximo de uma década, dos grandes problemas que nesta matéria a todos nos afectam.**

Uma aposta decisiva **numa estratégia eficaz de organização e estruturação da rede urbana nacional, capaz de transformar num sistema racional de cidades e territórios de proximidade, suporte de um sistema equilibrado de regiões: uma política de cidades qualificadora das cidades médias e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e significadora de tantos quantos nestas residem e trabalham. Em síntese, uma política valorizadora do cidadão e da cidadania, feita a pensar nas pessoas e para as pessoas.**

A **Moção "Portugal Moderno e Solidário"** aponta claramente neste sentido e apresenta o **ordenamento do território, a par da reforma e modernização das instituições -**

designadamente no que se refere à **modernização e aumento da eficiência da Administração Pública, à sua regionalização, bem como ao acréscimo de produtividade das nossas organizações** em geral, pressupostos indispensáveis **do aumento de competitividade da nossa economia** - como dois desafios a relevar, verdadeiros desígnios nacionais, subsidiários da primeira e grande aposta estratégica: **a valorização e qualificação das pessoas, a melhoria do seu bem-estar e felicidade e da sua dignidade.**

Toda a acção do PS só faz sentido se orientada para a melhoria da qualidade de vida e de bem-estar dos portugueses: em todos os domínios, económico, social, ambiental, educacional e formativo, cultural, científico e político. **É preciso devolver às pessoas a alegria e o orgulho de serem portugueses.**

**Uma nova geração política para uma nova e melhor forma de fazer política. Mais PS. A aposta nas pessoas, no território e nas instituições, uma nova visão de Portugal na Europa e no Mundo. Mais liberdade e mais solidariedade. Mais competitividade. Mais Portugal.**

# POR UM PS COM CREDIBILIDADE DEMOCRÁTICA

## GARANTIR A AUTONOMIA, MELHORAR A DEMOCRACIA

“**Margem Esquerda – clube de reflexão política**”, constituído por militantes do PS, apresentou aos três candidatos à liderança uma proposta de convergência em torno da necessidade de enfrentar três grandes problemas de funcionamento do Partido Socialista. São os tópicos essenciais desse documento que hoje aqui se publicam.

### 1. O primeiro problema que queremos enfrentar é o da necessidade de reforçar as garantias da independência política do PS, em face do poder económico.

Esta necessidade radica-se na Constituição da República Portuguesa que valoriza como um dos seus princípios centrais a “subordinação do poder económico ao poder político”. Por maioria de razão, não se pode aceitar a subordinação do poder político ao poder económico. Assim, propomos que o PS institua, no plano interno, um sistema de incompatibilidades entre o desempenho dos principais cargos políticos dirigentes do partido de natureza executiva e a titularidade ou o exercício de poderes de direcção em empresas privadas, cujo objecto ou dimensão possam pôr objectivamente em risco a independência do PS, em face do poder económico.

Por outro lado, propomos que se institua um sistema de registo de interesses, semelhante ao que se aplica aos titulares de certos órgãos políticos, para quem exerça cargos dirigentes dentro do PS.

Vamos entrar num período de luta contra um governo que parece estar prisioneiro de diversos grupos de interesse privados. Combatê-lo é uma urgência democrática. Ter credibilidade nesse combate é uma das condições da sua eficácia. E essa credibilidade depende bem menos das palavras ditas pelos responsáveis do PS do que da diferença que ele revele, relativamente ao governo, através do seu comportamento, da evidência da sua determinação na luta contra a corrupção, contra a captura de bens públicos por interesses privados.



*Por isso, esta proposta é indispensável para a melhoria da qualidade da vida interna do PS, mas será também decisiva para a sua credibilidade como oposição à subalternidade perante o poder económico do actual governo da direita.*

### 2. O segundo problema a resolver é o da crescente degradação da qualidade democrática dos processos eleitorais internos do PS.

Não podemos ser menos exigentes quanto à qualidade da democracia dentro do PS, do que aquilo que somos quanto à qualidade da democracia em Portugal. Deste modo, propomos que se institua um novo tipo de regulação das eleições internas do PS que garanta efectivamente a igualdade entre todas as candidaturas e que dê uma autêntica centralidade aos militantes.

Dois aspectos são decisivos. Em primeiro lugar, todas as campanhas para eleições internas devem ser financiadas pelo Partido, não sendo permitido a qualquer candidato recorrer a outros financiamentos. Em segundo lugar, todas as sessões de esclarecimento ou realizações para que sejam convocados os militantes, relacionadas com qualquer eleição interna, serão

sempre organizadas pelo partido com a presença de todos os candidatos ou de representantes seus, salvo se qualquer deles não quiser ou não puder estar presente, por facto próprio.

As campanhas internas passarão assim a ser realizadas, com rigorosa e imperativa isenção pelas estruturas formais do partido, com o natural apoio de todos os candidatos.

Só deste modo, se evitará a perigosa tendência para ser cada vez mais difícil que, quem não for rico ou não conseguir fundos de origens quase sempre não reveladas, possa concorrer, sem uma enorme desvantagem, a qualquer eleição interna de âmbito nacional ou distrital, ou mesmo a qualquer das grandes comissões concelhias.

Todos sabemos que o populismo resiste razoavelmente à crítica superficial, à simples agressividade verbal, mas é frágil perante o exemplo de comportamentos alternativos. Por isso, é natural que não sejamos verdadeiramente eficazes contra o populismo se a nossa luta se reduzir a palavras. Temos de lhe opor comportamentos diferentes, tornando ostensiva a diferença entre o nosso comportamento e o deles.

*Por isso, esta proposta é indispensável para*

*melhorar a qualidade da vida democrática dentro do PS e pode ser decisiva para a sua credibilidade como oposição à deriva populista protagonizada pelo actual governo.*

### 3. O terceiro problema que enfrentamos é o do reduzido papel dos militantes na escolha dos candidatos do PS às eleições autárquicas, regionais, legislativas e europeias.

Para todos aqueles para quem a vontade dos militantes deve ser a mola real das decisões importantes do PS, este é um problema que, verdadeiramente, só se resolve com eleições primárias.

De imediato, o essencial é a aceitação do princípio e a sua delimitação genérica. Depois, tratar-se-á de o regulamentar, com realismo e prudência, podendo ser instituídas diferentes formas de o concretizar, consoante os diversos tipos de eleições e as várias circunstâncias. Há que dar com honestidade aos militantes o poder de escolha.

As primárias não são, evidentemente, a garantia infalível da mobilização dos militantes, mas a manutenção do sistema actual é, seguramente, um factor relevante do seu alheamento.

*Por isso, esta proposta é indispensável para tornar mais efectivo o papel dos militantes nas decisões essenciais do PS e pode ser um sério contributo para um reforço da energia política do conjunto do partido.*

4. Se, como pensamos ser possível, houver consenso entre todos os candidatos, sugerimos que submetam à aprovação do Congresso **uma recomendação conjunta**, com o sentido genérico proposto neste documento, comprometendo-se o candidato que vencer a constituir um grupo de trabalho sob a sua orientação directa, para depois poder propor à Comissão Nacional do PS, no prazo máximo de seis meses, a regulamentação das linhas gerais da proposta aqui apresentada.

#### SUGESTÕES

por LUIZ FAGUNDES DUARTE

## A GRÉCIA REVISITADA



Esqueçamos o Europeu de Futebol e aquilo que, na abertura e no encerramento, a Grécia nos fez sofrer; porque essa foi a Grécia de hoje, que é circunstancial. Falemos de um livro que traz por título *Grécia Revisitada. Ensaios sobre Cultura Grega*, com a assinatura de Frederico Lourenço, um dos mais sólidos e prometedores estudiosos actuais dos temas da Antiguidade Clássica, nomeadamente da Grécia. Da Grécia eterna, matriz primeira da nossa cultura ocidental.

Num conjunto de 44 pequenos ensaios – parte deles anteriormente publicados, em jornais e revistas, com um estatuto de “textos de divulgação” ou de recensões críticas a obras sobre a cultura grega clássica, outros com o estatuto de “textos científicos” –, Frederico Lourenço recorda-nos duas coisas: que o esqueleto que suporta a nossa cultura ocidental, com os seus valores e os seus mitos, é o que foi esculpido por homens como Hesíodo, Sófocles, Sócrates ou Platão; ou suportado por obras como a *Iliada* ou a *Odisséia*, o *Orestes* ou o *Banquete*. E torna-nos bem claro que, desde Camões a Sophia, ou de António Ferreira a Franco Alexandre, aquilo que se faz na grande literatura portuguesa é legítimo herdeiro da grande

cultura da Grécia Clássica. Revisitar a Grécia Clássica, será assim, pela mão de Frederico Lourenço, como uma espécie de visita à casa de família.

Uma visita muito agradável: Frederico Lourenço combina conhecimento com elegância, boa escrita com graça, e sobretudo demonstra-nos que o saber, e os ensaios sobre o saber, não podem, e sobretudo não devem, nem sequer precisam – de ser chatos, maçudos e insuportavelmente eruditos. Será por isso uma excelente opção como leitura para férias – mas também uma leitura útil para os nossos jovens, já que desde há vários anos que lhes foi retirada a possibilidade de, na Escola, terem contacto directo com a nossa matriz cultural, que é a Língua Grega e a cultura de que ela é suporte.

Frederico Lourenço, *Grécia Revisitada. Ensaios sobre Cultura Grega*  
Lisboa: Livros Cotovia, 2004, 330 páginas.

**Acção**  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal  
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o